

JUSSARA ARAÚJO IDEIÃO

**PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD
CORPORATIVA**

Recife

2017



Universidade Federal Rural de Pernambuco

Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD CORPORATIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância.

Área de Concentração: Gestão e produção de conteúdo para Educação a Distância

Orientadora: Prof^a Dra. Ivanda Maria Martins Silva

Recife

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

I19p

Ideião, Jussara Araujo
Produção de material didático impresso para EAD corporativa /
Jussara Araujo Ideião. – 2017.
160 f. : il.

Orientadora: Ivanda Maria Martins Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e
Gestão em Educação a Distância, Recife, BR-PE, 2017.
Inclui referências e apêndice.

1. EAD corporativa 2. Material didático impresso 3. Educação a
distância I. Silva, Ivanda Maria Martins, orient. II. Título

CDD 371.394422

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

**PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD
CORPORATIVA**

JUSSARA ARAÚJO IDEIÃO

Dissertação julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, defendida e aprovada por unanimidade em 23/03/2017 pela Banca Examinadora.

Orientadora:

Prof(a). Dr(a). Ivanda Maria Martins Silva
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a
Distância – PPGTEG/ UFRPE

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodolfo Araújo de Moraes Filho
Membro Interno – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em
Educação a Distância - PPGTEG/UFRPE

Prof. Dr. Jorge da Silva Correia Neto
Membro Externo – Programa de Pós-Graduação em Informática Aplicada –
PPGIA/ UFRPE

Prof(a). Dr(a). Sulanita Bandeira da Cruz Santos
Membro Externo – Núcleo de Formação Docente-UFPE/NFD

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha professora, Prof. Dr. Ivanda Maria Martins Silva, pela sua inestimável colaboração neste trabalho.

Aos demais professores do Programa, por compartilharem suas experiências e facilitarem a aprendizagem.

Aos servidores da Gerência de Contabilidade e Financeira da UFRPE, pelo apoio e contribuição na pesquisa.

Aos meus amigos do curso, pelo apoio e incentivo.

A meus pais, pelo carinho e apoio.

À minha família e amigos, pelo afeto e credibilidade.

A todos agradeço, e dedico o resultado deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa visa contribuir para os estudos sobre a produção de materiais didáticos impressos (MDI) para Educação Corporativa, utilizando a modalidade de Educação a Distância. O aporte teórico da presente investigação integra os seguintes eixos temáticos com as abordagens dos autores listados a seguir: a) Educação a Distância (Moore e Kearsley (2013), Mattar e Maia (2007)); b) EAD Corporativa (Eboli (2014), Seleme e Munhoz (2011), Muller (2012)); c) Material Didático Impresso (Preti (2010), Franco (2007), Filantro (2004)). O principal objetivo desse estudo é analisar a produção de material didático para EAD Corporativa, considerando as concepções dos servidores que atuam na área contábil e financeira de uma instituição pública federal de ensino superior. Articulados ao objetivo geral da pesquisa, podemos listar, os seguintes objetivos específicos: a) Estudar as características da Educação a Distância, com foco na EAD Corporativa; b) Investigar as características mais recorrentes na produção de material didático impresso para EAD; c) Identificar os principais procedimentos para elaboração do material didático impresso na EAD corporativa; d) Elaborar material didático impresso para EAD corporativa, considerando características, linguagem e design instrucional. A pesquisa justifica-se pelas mudanças ocorridas durante o exercício de 2015 com a implantação do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, tendo em vista a importância da qualificação dos profissionais da área contábil no ambiente organizacional utilizando a Educação Corporativa na modalidade EAD para proporcionar o aumento do conhecimento técnico dos agentes públicos. A pesquisa é de natureza qualitativa, priorizando-se os seguintes instrumentos de coleta: questionário e roteiro de avaliação. O primeiro instrumento foi aplicado antes da elaboração do material didático impresso, no segundo momento foram aplicados os roteiros de avaliações do MDI para obtermos as concepções dos sujeitos sobre a mídia impressa. Os roteiros de avaliações foram disponibilizados por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) da UAEADTec/UFRPE e pelo Google Drive. Os dados finais apontam para concepções que ratificam a importância do material didático impresso no cenário da EAD corporativa, mesmo com inovações tecnológicas em tempos de cultura digital.

Palavras-chave: EAD Corporativa; Material Didático Impresso; Educação a Distância.

ABSTRACT

The present research aims to contribute to the studies on the production of printed didactic materials (MDI) for Corporate Education, using the modality of Distance Education. Theoretical contribution of the present research integrates the following thematic axes with the approaches of the authors listed below: a) Distance Education (Moore and Kearsley (2013), Mattar and Maia (2007)); B) Corporate EAD (Eboli (2014), Seleme and Munhoz (2011), Muller (2012)); C) Printed Teaching Material (Prete (2010), Franco (2007), Filantro (2004)). The main objective of this study is to analyze the production of didactic material for Corporate EAD, considering the conceptions of the employees who work in the accounting and financial area of a federal public institution of higher education. Articulated to the general objective of the research, we can list, the following specific objectives: a) To study the characteristics of Distance Education, with focus on Corporate EAD; B) Investigate the most recurrent characteristics in the production of didactic material printed for EAD; C) Identify the main procedures for the preparation of didactic material printed in the corporate EAD; D) To prepare printed didactic material for corporate EAD, considering characteristics, language and instructional design. The research is justified by the changes that occurred during the fiscal year 2015 with the implementation of the New Plan of Accounts Applied to the Public Sector, considering the importance of the qualification of accounting professionals in the organizational environment using Corporate Education in the EAD modality to provide the increase of the technical knowledge of the public agents. The research is of a qualitative nature, prioritizing the following collection instruments: questionnaire and evaluation script. The first instrument was applied prior to the preparation of the printed didactic material, in the second moment the MDI evaluation scripts were applied to obtain the subjects' conceptions about the printed media. The evaluation scripts were made available through the UAEADTec / UFRPE virtual learning environment (AVA) and Google Drive. The final data point to concepts that confirm the importance of didactic material printed in the corporate EAD scenario, even with technological innovations in times of digital culture.

Key words: corporate EAD; printed teaching material; distance education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Espiral do Conhecimento.....	34
Figura 2. Modalidades do Material Didático.....	43
Figura 3. Ambiência de ensino-aprendizagem.....	45
Figura 4. Autores/ Pesquisadores do MDI	48
Figura 5. Síntese de Aporte Teórico da Pesquisa.....	49
Figura 6. Roteiro de Avaliação do MDI.....	57
Figura 7. Roteiro de Avaliação do MDI com Design Instrucional.....	57
Figura 8. MDI- Módulo I.....	77
Figura 9. Introdução do Módulo II.....	77
Figura 10. Interface da abertura do curso de extensão de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.....	79
Figura 11. Hora do Café.....	80
Figura 12. Módulo I.....	81
Figura 13. Módulo II.....	81
Figura 14. Videoteca.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Funções dos Sujeitos em EAD	18
Tabela 2. Educação Corporativa.....	36
Tabela 3. Carga Horária.....	53
Tabela 4. Perfil dos Sujeitos Participantes.....	61
Tabela 5. Plano Pedagógico do Curso.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Escolas de governo.....	39
Quadro 2. Mapa conceitual da pesquisa.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tempo de Serviço Público na UFRPE.....	62
---	----

LISTA DE SIGLAS

ABRAED	Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EAD	Educação a Distância
EC	Educação Corporativa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDI	Material Didático Impresso
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UA	Universidade Aberta
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UAEADtec	Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CONCEPÇÕES, CARACTERÍSTICAS, PERCURSOS HISTÓRICOS.....	18
2.1. Educação a Distância: concepções e características.....	18
2.2. Educação a Distância: interfaces com o cenário internacional.....	23
2.3. Educação a Distância no Brasil: percursos históricos e regulamentação.....	25
2.4. EAD corporativa na educação superior: concepções e experiências.....	32
3. MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD.....	42
3.1. Materiais didáticos impressos para EAD: características, linguagens e práticas.....	42
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	50
4.1. Natureza da Pesquisa.....	50
4.2. Níveis de Pesquisa.....	51
4.3. Cenário da Pesquisa.....	52
4.4. Sujeitos.....	54
4.5. Instrumentos de Coleta de Dados.....	54
4.5.1. Questionário.....	55
4.5.2. Roteiros de Avaliação do Material Didático Impresso.....	56
4.6. Análise de dados.....	58
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	61
5.1. APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	61
5.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	63
5.2.1. Questionário.....	63
5.2.2. Roteiro de Avaliação do Material Didático Impresso.....	66
5.2.3. Roteiro de Avaliação do Material Didático Impresso com a inclusão do Design Instrucional.....	71
6. ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD CORPORATIVA.....	74
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICE A – Instrumentos de Coleta de dados.....	91
APÊNDICE B – Carta de Anuência da Pesquisa.....	96
APÊNDICE C – Material Didático Impresso Produzido.....	98
APÊNDICE D – Material Didático Impresso Produzido com Design Instrucional.....	127

1. INTRODUÇÃO

A modalidade de Educação a Distância é utilizada para expandir o ensino para os diferentes meios e públicos-alvo. Para Franco (2007, p.21), é o “processo de ensino com intuito de promover o desenvolvimento das capacidades de autoaprendizagem”.

Com os avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC), essa modalidade teve um crescimento de forma significativa através do suporte da internet a partir de 1990. Na modalidade educacional a distância, são oferecidos cursos de nível de graduação, pós-graduação –*Lato Sensu e Stricto Sensu* e aperfeiçoamento.

A EAD tem suas particularidades em relação ao ensino presencial, como podemos citar as práticas pedagógicas, as ferramentas utilizadas na interação dos professores e alunos e os recursos educacionais disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem.

O objeto dessa pesquisa é direcionado à EAD nos ambientes corporativos, utilizando um dos seus recursos educacionais (material didático impresso), como forma de proporcionar a qualificação de servidores públicos de uma Instituição Federal de Ensino Superior no Estado de Pernambuco. A educação corporativa, no contexto da EAD, tem como missão a qualificação de determinada categoria profissional de uma entidade de forma que esse aprimoramento seja contínuo nos programas da instituição. As contribuições da EAD corporativa refletem-se no incremento de conhecimentos técnicos do corpo profissional, propiciando melhorias no ambiente organizacional.

Além das reflexões sobre EAD corporativa, também evidenciamos a modalidade de Educação a Distância, seu desenvolvimento em diversos países e destacamos os conceitos de material didático impresso (MDI), suas particularidades na elaboração e características.

Como questão norteadora de pesquisa, podemos elencar o seguinte questionamento: qual a percepção de servidores públicos das áreas contábil e financeira sobre a utilização do material didático impresso produzido para Educação a Distância Corporativa? Articulado à questão de pesquisa, o objetivo geral da presente investigação é analisar a produção de material

didático para EAD Corporativa, considerando as percepções dos servidores que atuam nas áreas contábil e financeira.

Articulados ao objetivo geral da pesquisa, podemos listar, os seguintes objetivos específicos que orientaram este trabalho: a) Estudar as características da Educação a Distância, com foco na EAD Corporativa; b) Investigar as características mais recorrentes na produção de material didático impresso para EAD; c) Identificar os principais procedimentos para elaboração do material didático impresso na EAD corporativa; d) Elaborar material didático impresso para EAD corporativa, considerando características, linguagem e design instrucional.

Partimos do pressuposto, segundo o qual, mesmo com as inovações das tecnologias digitais, o material didático impresso (MDI) ainda ocupa lugar de destaque nos processos de ensino e aprendizagem no contexto da EAD Corporativa, tendo em vista que os servidores públicos reconhecem a importância das características do MDI, como a linguagem dialógica e o *design* instrucional contextualizado, no apoio aos estudos realizados em cursos de qualificação profissional na modalidade a distância.

A hipótese utilizada para o presente estudo, destaca como a produção do material didático impresso pode facilitar o manejo da prática contábil e financeira para qualificação técnico-científica dos profissionais da área.

A dissertação está organizada em sete capítulos: introdução, referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados, produto da investigação, considerações finais, referências e apêndices. Nos apêndices constam o questionário e roteiro de avaliação do material didático impresso, carta de anuência da pesquisa, bem como o material didático produzido.

No primeiro capítulo, é descrita a introdução com a delimitação temática, objetivos, hipóteses e a importância da pesquisa.

O segundo e o terceiro capítulo, correspondem ao referencial teórico. Assim, apresentamos reflexões sobre o conceito de EAD no contexto internacional e brasileiro, considerando percursos históricos das gerações EAD, bem como suas características, sujeitos no processo ensino-aprendizagem, ferramentas assíncrona e síncrona, ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e utilização da EAD nos ambientes organizacionais.

No terceiro capítulo, abordamos as características do material didático impresso (MDI), breve percurso histórico do MDI considerando mudanças ocorridas de acordo com as tecnologias de informação e comunicação (TIC). Além disso, destacamos a importância do MDI no contexto da EAD, tendo em vista o processo de produção do MDI e o Design Instrucional.

Podemos destacar os autores que embasaram esse estudo como: Moore e Kearsley (2013), Mattar e Maia (2007), Eboli (2014), Preti (2010), Franco (2007), em relação ao desenvolvimento da Educação a Distância, Educação Corporativa, produção de material didático impresso respectivamente.

No quarto capítulo trata dos procedimentos metodológicos, revelando o detalhamento da natureza da pesquisa, bem como a descrição do método de coleta de dados. Ressaltamos a realização de um estudo de caso, por meio da oferta de um curso online para EAD Corporativa, com a participação de servidores que atuam nas áreas contábil e financeira de uma instituição pública de ensino superior em Pernambuco. As etapas da pesquisa são detalhadamente descritas, desde a elaboração e a validação de instrumentos de coleta de dados (questionários e roteiros de avaliação do material didático impresso), até os procedimentos para análise e discussão dos resultados. Ainda neste capítulo, relatamos como foi realizada a coleta de dados, considerando instrumentos utilizados, sujeitos participantes, cenário da pesquisa, análise de dados. Para o tratamento da análise de dados, recorreremos à análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), a fim de consolidar a análise temática dos fragmentos dos comentários dos sujeitos participantes da pesquisa.

No quinto capítulo, destacamos a análise e a discussão dos resultados, com a descrição de dados obtidos por meio da aplicação de questionários e roteiros de avaliação do MDI, priorizando as percepções dos sujeitos sobre materiais didáticos impressos produzidos para EAD Corporativa.

No sexto capítulo, apresentamos o produto da investigação, destacando-se as etapas de planejamento e os processos de elaboração do material didático impresso, tendo como pontos importantes os elementos essenciais na construção do MDI e formatação do ambiente virtual de aprendizagem (AVA),

com inclusão de outras ferramentas que dinamizam o processo de aprendizagem na EAD.

As considerações finais são apresentadas no sétimo e último capítulo, evidenciando reflexões sobre os resultados alcançados por meio da realização da pesquisa após aplicação do MDI no ambiente corporativo, salientando as opiniões dos participantes. Também são elencadas possibilidades de trabalhos futuros, tendo em vista a natureza dinâmica da produção científica que precisa estar sempre buscando novos caminhos para ampliar estudos na área de produção de material didático impresso para EAD Corporativa.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de instrumentalizar a prática contábil e financeira, utilizando a modalidade de Educação a Distância corporativa para aperfeiçoamento profissional dos servidores, tendo em vista as modificações ocorridas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público no exercício de 2015, já que, a partir desse exercício financeiro a codificação das contas contábeis foram alteradas. Assim, sendo essencial o aprimoramento técnico desses profissionais para suas atividades cotidianas de trabalho.

Salientamos a importância de pesquisas direcionadas à produção do Material Didático Impresso, no contexto da EAD corporativa, pois parece que não há muitas pesquisas de pós-graduação *Scripto Sensu*. Segundo Testoni¹(2017, p .43), só há dez dissertações realizadas na área de materiais didáticos para EAD e duas teses de doutorado. Assim, evidencia-se a carência desse tipo de estudo sobre essa temática.

A Educação a Distância Corporativa é utilizada pelas instituições como forma de proporcionar o ensino/aprendizagem, tendo como característica um alcance bem mais amplo por apresentar nessa modalidade educacional, a flexibilidade de horário de estudo, podendo contemplar a maior quantidade de servidores para formação continuada desses profissionais, realizando os cursos no seu ambiente organizacional, promovendo assim o menor custo no deslocamento dos agentes públicos.

¹ A dissertação de Testoni (2017) realizou o levantamento das pesquisas em língua portuguesa referente a temática de materiais didáticos em nível de mestrado e doutorado para cursos na modalidade a distância.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CONCEPÇÕES, CARACTERÍSTICAS, PERCURSOS HISTÓRICOS

Neste capítulo, vamos refletir sobre diversas concepções, características e percursos históricos da EAD, considerando a complexidade dessa modalidade educacional, em suas interfaces com as diversas gerações, tecnologias e meios educacionais representativos de cada época. Pretende-se, por meio deste capítulo, realizar uma contextualização macroestrutural da EAD, no sentido de apresentar as múltiplas visões de diferentes autores que estudam essa modalidade.

2.1. Educação a Distância: concepções e características

A Educação a Distância (EAD) baseia-se no uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para construção do conhecimento de diferentes pessoas ou grupo de pessoas que estão em lugares ou tempos diferentes. A EAD pode proporcionar cursos em diferentes níveis, como: educação de jovens e adultos (EJA), ensino superior e educação profissional.

Para Vidal & Maia (2010, p. 14),

As novas tecnologias e a educação devem caminhar numa mesma direção uma vez que os indivíduos que frequentam as escolas e espaços educacionais são os mesmos que dialogam, se relacionam, aprendem e se comunicam através das redes de comunicação disponíveis pela internet.

A EAD traz como foco principal a aprendizagem do aluno, ressaltando que, nessa metodologia de educação, não se faz presente o professor no dia a dia do discente, como ocorre no ensino presencial.

A construção do conhecimento nessa modalidade de educação acontece por meio da interatividade entre os sujeitos nos processos de ensino - aprendizagem. Vamos demonstrar, por meio da tabela 1, a função de cada sujeito no sistema EAD.

Tabela 1. Funções dos sujeitos na EAD

Professor	Aluno
Considera o que aluno conseguiu	Só constrói conhecimento novo se

contribuir até o momento.	agir e problematizar sua ação.
É mediador	É sujeito da aprendizagem
O professor educa e é educado	O aluno é educado e educa

Fonte: PRETI (2009, p. 55)

Assim, o papel do docente é mediar as atividades dos alunos em busca do conhecimento proposto nos objetivos gerais e específicos do curso. O tutor revela-se, no contexto da EAD, como mais um mediador nesse processo de construção do conhecimento, propiciando suporte para professores e alunos na execução das atividades no ambiente virtual e nos encontros presenciais.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES destaca como atribuições dos tutores na modalidade educacional a distância:

Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes;

Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;

Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;

Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;

Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes (CAPES, 2016).

Os tutores são fundamentais nas mediações efetivadas na EAD, pois tais sujeitos proporcionam o acompanhamento do curso online, identificam grau de motivação e tiram dúvidas dos alunos em relação a cada disciplina e junto a à coordenação do curso.

Conforme Silva (2009, p. 232), com esse novo contexto educacional é importante que,

As práticas pedagógicas sejam repensadas, pois o conhecimento e a aprendizagem passam a acontecer a todo momento e por uma imensa variedade de possibilidades, sobretudo, em função das mídias e tecnologias.

A construção do conhecimento na modalidade EAD acontece pela interatividade do discentes com demais participantes do curso, utilizando as tecnologias de informação.

Em relação às instituições de ensino superior que oferecem a EAD, podemos observar três situações, com:

- Finalidade Única: são entidades que oferecem exclusivamente cursos a distância, destacamos a *Athabasca University* do Canadá (MOORE e KEARSLEY, 2013, p.6);
- Finalidade Dupla: disponibiliza o ensino presencial e a modalidade a distância, geralmente apresenta unidades específicas para gerenciar os cursos e sua equipe administrativa, temos como exemplo a *Pennsylvania State University World Campus*, dos Estados Unidos (MOORE e KEARSLEY, 2013, p.7);
- Consórcios Virtuais: esse modelo corresponde à junção de várias instituições que querem realizar atividades a distância, através de um ambiente virtual. Destacam-se os cursos com as respectivas instituições, como a *California Virtual Campus*, na Califórnia (MOORE e KEARSLEY, 2013, p.8).

Além das tecnologias de informação para o desenvolvimento dos cursos a distância temos as mídias que são disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), tais como: material didático impresso, vídeos, vídeoaulas.

A seguir vamos destacar as características da EAD, segundo Preti (2009, p.45):

- Educando e educadores estão separados pelo tempo e/ou espaço;
- Há um canal, ou melhor que viabilizam a interação (canais humanos) e/ ou a interatividade (canais tecnológicos) entre educadores e educando. Trata-se, portanto, de processo mediado e “mediatizado”, construindo outros sentidos aos conceitos de tempo, espaço, presencialidade e distância;
- Há uma estrutura organizacional complexa a serviço do educando: um sistema de EAD como rede integrando comunicação, orientação acadêmica (tutoria), produção do material didático, gestão, avaliação, etc;
- A aprendizagem é processo de construção, que se dá de forma independente, individualizada, autônoma

e, ao mesmo tempo, de forma coletiva, por meio de interações sociais (com os colegas do curso, os orientadores acadêmicos os professores, os autores do material didático).

A EAD diferencia-se não só pelo ambiente educacional em relação à educação presencial, mas pelas formas de mediações pedagógicas e tecnológicas, como, por exemplo, do uso do material didático utilizando-se uma linguagem clara, dialógica, capaz de apoiar a aprendizagem e a construção da autonomia dos alunos. Para Silva e Spanhol (2014, p.15), “o conhecimento a ser construído no processo educativo por meio da educação a distância sofre influência direta dos materiais didáticos utilizados”.

Segundo Moore e Kearsley (2013, p. 15), o modelo de Educação a Distância está fundamentado nos processos de ensino, aprendizado, criação do programa/ curso e o seu gerenciamento com a presença das tecnologias da informação. Para o gerenciamento e a composição de um curso na modalidade a distância, são primordiais algumas características peculiares à EAD, como a presença de tutores, participação da equipe técnica na elaboração do material didático, desenvolvimento das mídias, tipo de ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Podemos citar algumas vantagens da EAD, como redução de custos dos recursos educacionais, incremento na qualificação profissional, nivelamento de desigualdades entre grupos etários, além de direcionar campanhas educacionais para públicos-alvo específicos, bem como, oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar (MOORE e KEARSLEY 2013, p. 12).

Com o desenvolvimento das TIC, a Educação a Distância vem crescendo de forma gradual ao longo dos anos, pois nessa modalidade educacional o aluno detém uma flexibilidade de horário, podendo acessar o ambiente de estudo em qualquer lugar e a qualquer hora, possibilitando, assim, o alcance maior de alunos, se compararmos, por exemplo, com o modelo de educação presencial.

Para se implementar um curso na modalidade a distância, alguns pontos precisam ser planejados, como, por exemplo, a organização de uma equipe técnica formada por professores/autores, responsáveis pela elaboração de

conteúdos didático-pedagógicos, além de tutores, diagramadores, revisor de texto, ilustrador, material didático impresso, vídeosaula, criação do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) – como o Moodle, Aulanet, Atutor, Eureka, Teleduc, Sakai.

O ambiente virtual de aprendizagem é responsável pela disponibilização dos recursos, que tem como finalidade a interatividade entre os atores envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, utilizando as ferramentas de comunicação assíncrona e síncronas na construção do conhecimento (SILVA,2013, p. 92).

As ferramentas tecnológicas disponíveis nos ambientes virtuais são os fóruns, *chats*, *webquests*, glossários, *quiz*, diários virtuais. Podemos destacar os fóruns, que tem como função de socializar os integrantes do determinado curso e expor suas dúvidas com os demais e com professor e o tutor.

Assim, a interação por meio uso das ferramentas, pode ser realizada de duas formas: 1) *assíncrona*, quando ocorre de modo não simultâneo no momento da construção do conhecimento, o docente poderá dar o retorno sobre as suas atividades, bem como sanar as dúvidas sobre algum aspecto do conteúdo do material didático impresso disponível nesse ambiente; 2) *síncrona* fundamentada na presença de outro participante do processo de ensino como tutores e professores no momento real em que estejam acessando o ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Nesta investigação, o conceito de EAD foi direcionado de acordo com a definição de Moore e Kearsley (2013, p.2), que descrevem “a educação a distância como o aprendizado planejado que ocorre normalmente em lugar diferente do ensino o que requer comunicação por meio de tecnologias e uma organização institucional especial”.

A seguir, vamos detalhar como a modalidade EAD surgiu no contexto internacional, atendendo às necessidades da sociedade e utilizando a ferramentas disponíveis em cada momento correspondente no cenário internacional.

2.2. Educação a Distância: interfaces com o cenário internacional

A modalidade da Educação a Distância iniciou suas atividades com o surgimento da imprensa no século XV, segundo alguns autores, os demais citam as Epístolas de São Paulo e cartas de Platão (MATTAR & MAIA, 2007, p.21). Assim essa modalidade é desenvolvida em vários momentos da história da humanidade, tendo como finalidade a construção do conhecimento dos alunos, em lugares e tempos diferentes.

Essa modalidade de educação passou por várias etapas, configurando-se as gerações da EAD, as quais, segundo alguns autores, são desmembradas em três (MATTAR & MAIA, 2007), quatro (CABRAL, OLIVEIRA e TÁRCIA, 2007) ou cinco gerações (MOORE & KEARSLEY). No presente estudo, vamos seguir o que Moore e Kearsley (2013) estabelecem como gerações da EAD.

As gerações correspondem às ferramentas utilizadas para obter o aprendizado dos participantes dos cursos disponíveis em cada formato e refletem diretamente a expansão da Educação a Distância no mundo.

A primeira geração da EAD pautou-se no estudo por correspondência, tendo início aproximadamente na década de 1880. A aprendizagem era realizada por meio do material didático impresso (MDI) encaminhado por serviços postais, destinadas inicialmente para cursos do ensino superior realizadas pela *Chautauqua Correspondence College* (1881).

Essa etapa baseia-se na entrega dos materiais didáticos para construção do conhecimento. As mulheres foram beneficiadas por esse método já que tinham dificuldade em frequentar o ensino presencial. Foi criada uma escola específica para o público feminino, liderada pela Anna Eliot Ticknor em 1873, denominada *Society to Encourage Studies at Home*. Os demais segmentos da sociedade também tiveram acesso a esses cursos por correspondência.

A segunda geração foi desenvolvida através do rádio e da televisão no início do século XX, a primeira emissora educacional foi concedida ao governo federal à *Latter Day Saints' da University of salt lake city* em 1921 (MOORE & KEARSLEY, 2013, p. 41). O ensino pela televisão iniciou em 1934, com

disponibilização de cursos de astronomia, higiene oral pela *University of Iowa* (MOORE e KEARSLEY, 2008, p. 33).

O desenvolvimento de programas tele educativos foram impulsionados após a Segunda Guerra Mundial em 1945, com abertura para canais de televisão aberta, conhecidos como tele cursos e foram destinados a cursos de nível superior, como a *Pennarama Network, Pennsylvania State University*. Além dessas mídias, o material didático impresso também apoiava a aprendizagem dos alunos.

A terceira geração da EAD iniciou com as atividades das Universidades Abertas (UA) em 1969, fundamentada pelo modelo da *Open University* britânica, utilizando as diversas tecnologias de comunicação para oferecer o ensino superior de qualidade. Com base no modelo das Universidades Abertas, a EAD foi difundida para outros países, como *Fern Universitat*, na Alemanha; *Universidade Aberta*, em Portugal; *Universidad Estatal a Distancia*, na Costa Rica.

O alcance global da Educação a Distância está eminente pelas práticas desenvolvidas pelas UA, nos países da Europa. A modalidade EAD, também foram expandidas para outros países como Portugal, Estados Unidos, Venezuela, Índia e Brasil.

A quarta geração surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1980, baseada na tecnologia da teleconferência direcionada a estudos de grupos de alunos em tempo real e em locais diferentes (MOORE e KEARSLEY, 2013, p. 51).

A quinta geração é relacionada com desenvolvimento da internet com modelo Mosaic, em 1993. Uma forma de desenvolver a Educação a Distância através das tecnologias da informação e comunicação (TIC) disponíveis no formato da interface *web*. Assim, adotou-se o novo formato no processo de ensino com o surgimento do ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Conforme Moore e Kearsley (2013 p.60),

As primeiras instituições que ofereciam programas de graduação completos por meio da web incluíam o On-line Campus do New York Institute of Technology, o Connect Ed em parceria com a New School for Social Research em Nova York e a International School of Information Management.

Assim, a Educação a Distância foi expandida para os países desde Revolução Industrial até a era da globalização com o propósito de qualificar a população através dos cursos de graduação e pós-graduação. Destacamos o aperfeiçoamento profissional utilizado pelas entidades com intuito de elevar o nível de conhecimento dos seus empregados/servidores, com a modalidade EAD. A seguir, vamos evidenciar como essa modalidade foi desenvolvida no Brasil.

2.3. Educação a Distância no Brasil: percursos históricos e regulamentação

No contexto brasileiro, a Educação a Distância também foi desenvolvida com avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC) aplicadas às práticas pedagógicas específicas dessa modalidade, como notamos no cenário internacional.

No Brasil, as diversas atividades da EAD passaram pelas gerações históricas, desde o ensino por correspondência até a incorporação da interface *web* como principal meio no processo de ensino-aprendizagem vivenciado no momento atual.

Preti (2009, p. 50) define a Educação a Distância como

Uma prática social, situada, mediada e mediatizada, uma modalidade de fazer educação, de democratizar o conhecimento, de disponibilizar mais uma opção aos sujeitos da ação educativa, fazendo recurso das tecnologias que lhes são acessíveis.

No cenário brasileiro, a primeira geração da EAD iniciou em 1904 com implantação das Escolas Internacionais, as quais ofereciam cursos através de correspondência. Esse método não teve muito sucesso, pois não receberam muitos incentivos educacionais e estatais para população (MATTAR e MAIA, 2007, p. 24)

Podemos destacar o Instituto Universal Brasileiro (1941), o qual utilizou esse tipo de modalidade educacional para proporcionar cursos profissionalizantes, tais como: cursos de fotografia, inglês. O material didático impresso foi seu principal recurso para apoiar a aprendizagem dos alunos participantes.

A segunda geração foi marcada pela criação da rádio escola em 1934, no município do Rio de Janeiro, liderado por Edgard Roquete Pinto, mas desde 1923 já tinha cursos através do rádio em diversas áreas.

Algumas escolas radiofônicas foram instaladas no território brasileiro, como Movimento de Educação de Base no estado do Rio Grande do Norte (1961) considerado o “marco na EAD não formal no Brasil” (MATTAR & MAIA, 2007, p.26); Projeto Minerva (1970) que direcionava seus cursos para jovens e adultos respectivamente.

Já para utilização da televisão como espaço de aprendizagem, destacamos o Telecurso, em 1977, uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho que teve como auxílio os vídeos, materiais disponibilizados para alunos através de materiais para ensino do 1º e 2º graus. Estima-se que mais de quatro milhões de pessoas já participaram desse curso (MATTAR & MAIA, 2007, p.26).

Ao longo do tempo, surgiram entidades, projetos que direcionavam seus cursos na modalidade da EAD, aglutinando diversas gerações como Padre Landell (1967), SENAC, SESC e Universidade do Ar em 1947, sendo que só permaneceu até ano 1961. O SENAC e o SESC até hoje proporcionam cursos nessa modalidade só que utilizando as tecnologias de informação e comunicação a partir de 1995, com formalização Centro Nacional de Educação a Distância.

Antes da normatização da terceira etapa da EAD no Brasil, tivemos a formalização da modalidade de Educação a Distância, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB – nº 9.394/1996, que define no artigo 80 que: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

A LDB foi marco no desenvolvimento e reconhecimento da EAD, tendo em vista que esta modalidade vem para suprir as necessidades do ensino presencial como oferta de mais vagas inicialmente no ensino superior e na qualificação de profissionais.

Posteriormente, é publicado o Decreto nº 2.494(de 10 de fevereiro de 1998), que no artigo 1º, conceitua a Educação a Distância como:

É uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BRASIL,1998).

Na LDB, foi exposto sobre a educação profissional nos artigos 39, 40 e 41, como observamos a seguir:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Art. 40. A educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (BRASIL,1998).

Os artigos citados acima desmembram que a modalidade de Educação a Distância pode proporcionar qualificação profissional, sem prejuízo à carga de horária de trabalho, oferecendo diversos cursos e em até níveis de graduação e pós-graduação. Conforme Moran (2002, p. 01), “a educação contínua ou continuada, que se dá no processo de formação constante, de aprender sempre, de aprender em serviço, juntamente da teoria e prática, refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações”.

Existem diversos decretos, leis e portarias que regulamentam a Educação a Distância. Vamos iniciar com a Portaria Ministerial nº 301 de 07 de abril de 1998, que apresenta os procedimentos para normatizar o credenciamento das instituições para oferecer os cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico a distância, encaminhando a solicitação para o Ministério de Educação (MEC) e do Desporto (art. 1º), revogada pela Portaria Ministerial 4.361/2004.

Já em 2002, foi formada uma Comissão Assessora de especialistas em Educação a Distância criada pelo MEC, por meio da Portaria nº 355 de 06 de

fevereiro de 2002, com a finalidade de discutir seu processo pedagógico, englobando os principais temas a serem discutidas antes da introdução de curso nessa modalidade educacional.

Mattar e Maia (2007, p.30) elencam alguns pontos importantes que devem ser levados em consideração no processo de ensino/aprendizagem na EAD: material didático, equipe multidisciplinar; gestão; infraestrutura de apoio; interação dos atores do processo de ensino e aprendizagem, além de algumas modificações na legislação do EAD referente à definição de Educação a Distância, credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos, matrículas, diplomas e certificados, convênios e acordos nacionais e internacionais, avaliação de alunos e avaliação institucional.

A Universidade Aberta (UA) foi regulamentada em 2005, de acordo com o Decreto nº 5.622/2005, tornando sem efeito o Decreto 2.494/1998. Definiu a EAD em seu artigo 1º como:

Modalidade educacional na qual a mediação pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A expansão da EAD foi efetivada a partir da implementação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006, sendo esta criada para formação de professores da educação básica, tendo em vista a interiorização da educação superior no Brasil. No Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil, no seu artigo 1º:

Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Com o desenvolvimento dos cursos por meio da UAB, a Educação a Distância teve uma procura maior pelas pessoas que buscavam fazer a graduação, pós-graduação e a qualificação profissional. A UAB representa uma configuração de rede, envolvendo as instituições de ensino superior (IFES) e as instituições públicas de ensino superior (IPES), que no caso, representam as universidades estaduais (VIDAL e MAIA, 2010, p. 11).

O Censo EAD (2006, p. 19) define a UAB como:

Um projeto que propiciará revisão de nosso paradigma educacional, em termos de modernização, gestão democrática e financiamento, e provocará importantes desdobramentos para a melhoria da qualidade da educação, tanto na incorporação de tecnologias e metodologias inovadoras ao ensino presencial quanto nos possíveis caminhos de promovermos educação superior à distância com liberdade e flexibilidade.

Essa modalidade educacional que vem sendo praticada pelo modelo UAB tem como finalidade suprir as necessidades dos alunos e aumentar o número de vagas no ensino superior do Brasil. De acordo com Censo EAD 2006, tivemos 217 instituições credenciadas para ofertar cursos em EAD e mais de 500.000 alunos matriculados. Os recursos mais utilizados foram o material impresso e o *cd-rom*.

Em 2007, a Secretaria de Educação a Distância/ MEC publicou os referencias de qualidade para Educação a Distância, tendo em vista os seguintes preceitos:

- Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem: Deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento (p.9).
- Sistemas de Comunicação: O uso inovador da tecnologia aplicada à educação deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes efetiva interação no processo de ensino aprendizagem, comunicação no sistema com garantia de oportunidades para o desenvolvimento de projetos compartilhados e o reconhecimento e respeito em relação às diferentes culturas e de construir o conhecimento (p.10).
- Material didático: Deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento (p.13).
- Avaliação: Proposta de avaliação de um projeto de educação a distância: ao processo de aprendizagem e à avaliação institucional.

- Equipe multidisciplinar: Há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade.
- Infraestrutura de apoio: Refere-se ao material utilizado proporcional ao número de estudantes, aos recursos tecnológicos envolvidos e à extensão de território a ser alcançado, o que representa um significativo investimento para a instituição.
- Gestão Acadêmico-Administrativa: A logística que envolve um projeto de educação a distancia-os processos de tutoria, produção e distribuição de material didático, acompanhamento e avaliação do estudante - precisam ser rigorosamente gerenciados e supervisionados, sob pena de desestimular o estudante levando-o ao abandono do curso, ou de não permitir devidamente os registros necessários para a convalidação do processo de aprendizagem.
- Sustentabilidade financeira: A relação do custo/benefício na implementação dos cursos na EAD.

Esses tópicos resumem como a Educação a Distância é desenvolvida no Brasil, tanto no aspecto pedagógico desde a oferta dos cursos através das tecnologias de informação como meio de ensino/aprendizagem, a preocupação com as mídias como o material didático, a linguagem que vai ser utilizada pelo professor, da equipe técnica responsável pelos cursos, os investimentos financeiros aplicados no desenvolvimento dessa modalidade. Os projetos pedagógicos dos cursos devem contemplar cada um dos itens expostos acima, visando fornecer um ensino de qualidade para o público-alvo.

O acompanhamento das ações desenvolvidas pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) ficou sobre a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES a partir da publicação da Portaria nº 318, de 02 de abril de 2009.

Podemos constatar que, no Brasil, a EAD não acompanhou o desenvolvimento da Universidade Aberta (UA) nos países da Europa, pois sua regulamentação ocorreu muito tempo depois, já com uso das tecnologias de informação e comunicação.

A quarta geração condiz com a utilização da videoconferência ou teleconferência há partir dos anos 90. Existe interação em tempo real dos participantes (professor-aluno), destinados inicialmente a cursos de pós-graduação. Os encontros entre docentes e discentes acontecem via satélite

uma comunicação interativa, com sinais de áudio e vídeo, minimizando a distância física no momento da aula com a participação do professor e com grupos de alunos.

A última geração é relacionada ao desenvolvimento da internet a partir da década de 1990 e como os ambientes educacionais que incorporaram seus aspectos didáticos e pedagógicos explorados através da interface da *web*. A maioria das instituições públicas de ensino utiliza ambiente virtual de aprendizagem, no campo organizacional, a exemplo da intranet.

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) configura-se em interfaces *web*, onde ocorrem o processo ensino-aprendizagem a distância. O AVA mais utilizado na EAD no Brasil é o *Moodle (Course Management System –CMS ou Learning Management System – LMS)*, criado em 2001, um *software* de código aberto, adotado pela maioria das instituições de ensino superior, como Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de Sergipe, entre outras.

Segundo Sancho (2010, p. 95), o ambiente virtual transmite:

- Como o alunado aprende;
- Como ensinar de forma efetiva;
- Qual é o papel do professorado e do alunado no contexto do ensino e aprendizagem;
- O que é conhecimento;
- Como comprovar o que estudante aprendeu.

Esse espaço virtual destinado à Educação a Distância promove que o aluno seja autônomo no processo de aprender, ou seja, depende de suas ações na construção do saber. Nesse ambiente, o professor pode disponibilizar ferramentas a serem exploradas pelo aprendiz como videoaulas, material didático, fóruns, *chats*, glossários, para dar suporte nesse aprendizado e para tirar dúvidas com professores, tutores e também com grupos de alunos.

Já o papel do professor nessas novas tecnologias de informação funciona como mediador no processo de ensino-aprendizagem, no qual através do material didático busca a proximidade com seus alunos. Segundo Freitas (*apud*, LEITE e DIAS 2014, p. 57), “o professor é aquele que, detendo mais experiência, funciona intervindo e mediando a relação do aluno com o conhecimento”.

A procura pelos cursos em EAD vem crescendo de forma bem significativa a cada ano, pela flexibilidade de horários e pela redução de custos, além dos padrões de qualidade priorizados pelas instituições que ofertam essa modalidade educacional.

No Censo EAD (2014), que avalia o desempenho dessa modalidade educacional em todo país, foram verificados que a maioria dos cursos é destinada a pós-graduação *lato sensu* (especialização), com mais de 75.000 matriculados no corrente ano, participaram as instituições educacionais públicas federais – 17%, órgão do governo – 8% e instituições educacionais privadas com fins lucrativos – 24%, foram utilizados com recursos educacionais de forma crescente na EAD, temos: livro eletrônico ou digital, tele aulas ou vídeos e material didático impresso.

Adiante, vamos expor sobre educação nos ambientes organizacionais, como surgiu e o crescimento dos cursos na modalidade em EAD.

2.4. EAD corporativa na educação superior: concepções e experiências

A Educação Corporativa (EC) é destinada ao grupo restrito de profissionais no ambiente organizacional. Tem a finalidade de capacitá-los de acordo com as necessidades estratégicas da entidade.

Seleme e Munhoz (2011, p. 11) conceituam a Educação Corporativa como:

Junção demandas por novas competências e habilidades não propiciadas pela educação formal, com as facilidades oferecidas pelas novas tecnologias e com as mudanças exigidas para tornar a empresa mais competitiva no mercado. Isso causa alterações nos setores de pessoal ou de formação interna que veem alteradas suas práticas e seus valores e o próprio impacto no comportamento organizacional.

Assim, vem suprir as necessidades organizacionais de forma contínua para seus colaboradores (no setor privado) e agentes públicos (no setor público), envolvendo um planejamento institucional para desenvolver suas atividades dentro da entidade que se destina à qualificação do capital intelectual humano.

Para Eboli (2014, p. 17), a EC surgiu:

No final do século XX mesclando dois enfoques, procurando desenvolver, nos mais diversos públicos e categorias profissionais com os quais a empresa interage, tanto os componentes conceituais e ideológicos relacionados à aprendizagem conceitual (modo de ser e pensar) quanto os operacionais e tecnológicos relacionados à aprendizagem operacional (modo de fazer).

Devem ser definidos a missão, visão e os valores para desenvolver estratégias, visando atender às necessidades organizacionais. Com planejamento, podemos identificar o público-alvo, as ações a serem desenvolvidas no campo educacional e abrangência dos conteúdos.

Segundo Eboli (2014, p. 24),

As escolas ou centros de formação das universidades corporativas (UCs) são o conjunto de soluções de aprendizagem oferecidas pela organização com o objetivo de desenvolver nas pessoas as competências humanas exigidas para sustentar os eixos de competências empresariais. A EC deve permear toda a cultura organizacional e fazer parte do cotidiano da organização.

Nesta pesquisa, vamos utilizar o termo de Educação Corporativa (EC), pois o objetivo do estudo não é inclusão de uma universidade corporativa, um espaço físico dentro da instituição, mas no uso das tecnologias de informação e comunicação para proporcionar aprimoramento dos agentes públicos na modalidade EAD corporativa.

A EC pode ser definida como “uma prática coordenada de gestão de pessoas e de gestão do conhecimento tendo como orientação a estratégia de longo prazo de uma organização” (MDIC, 2016).

As características que impulsionaram o surgimento das ECs são: organizações flexíveis com a finalidade de atender as demandas da organização; era do conhecimento proporcionar aprimoramento dos indivíduos no contexto organizacional, considerado assim como ativo intangível na empresa; rápida obsolescência do conhecimento referente às modificações constantes no ambiente laboral, fazendo assim uma qualificação dos empregados de forma contínua; empregabilidade e a educação para estratégia global.

Esses fatores ressaltam a importância da Educação Corporativa no contexto das organizações, pois a capacitação dos profissionais é centrada em formar conhecimento e melhorar o desempenho institucional. Oliveira (2001, p. 218) entende o “conhecimento como o principal ativo estratégico da organização”.

O enfoque da Educação Corporativa é ampliar os investimentos na educação profissional dos funcionários, servidores para alcançar os objetivos almejados pela entidade, tendo como base o conhecimento adquirido pelos indivíduos que compõem seu quadro funcional.

Nonaka e Takeuchi (1995) desdobram a criação do conhecimento em tácito, explícito. Vamos a seguir exemplificar a sua construção de acordo com espiral do conhecimento:

Figura 1. Espiral do Conhecimento



Fonte: Adaptado de Nonaka e Takeuchi (1995)

De acordo com a figura 1, a criação do conhecimento está relacionada a quatro pontos importantes:

- *Socialização*: é quando funcionário repassa suas atividades para outro indivíduo, no seu mesmo nível hierárquico;

- *Internalização*: quando a equipe que coordena as atividades laborais dos seus colaboradores compartilha desse novo conhecimento;
- *Externalização*: é a produção de informações que vai replicados para responsáveis pela organização e;
- *Combinação* é conhecimento dos seus colaboradores transferindo para sua supervisão.

Em relação ao investimento na capacitação de forma contínua, temos que destacar as teorias motivacionais presentes no ambiente de trabalho. Esse enfoque é relacionado aos anseios e grau de motivação que cada indivíduo possui no determinado momento da sua carreira profissional.

Segundo Seleme e Munhoz (2011, p. 17),

Estabelecer critérios para o desempenho de atividades de formação permanente e continuada em serviço do quadro dos colaboradores da organização (incluído os níveis operacionais, a média gerência e gerências estratégicas de alto nível) transformam gastos em educação em investimentos seguros no capital intelectual e a sua valorização em ativo intangível e bem maior na organização moderna.

Para empresa/ entidade pública é importante saber o grau de satisfação que os seus colaboradores têm e como a capacitação contínua pode qualificar o corpo profissional, visando alcançar os resultados almejados pela instituição.

Seja como contrapartida uma promoção na área privada e no setor público utilizar a carga horária de estudo adquirida no aperfeiçoamento para aumento salarial de acordo com plano de carreira do órgão.

No presente estudo, vamos destacar a abordagem de Maslow, criada em 1948, que relaciona todos os aspectos psicológicos relacionados aos seus pontos positivos e negativos como ser humano, para identificar os objetivos que o indivíduo quer alcançar em cada etapa da sua vida. Conforme o autor as necessidades provenientes desta abordagem são: fisiológicas, segurança, participação e amor, consideração e autorrealização:

Segundo Maslow (1966, p 116), a teoria da motivação diz respeito a:

Necessidades, impulsos e estados motivadores, em geral, como importunos, irritantes, indesejáveis, desagradáveis, enfim como algo de que nos devemos livrar. O comportamento motivado, a procura de metas e as respostas consumatórias são técnicas para reduzir o desconforto. Essa atitude é assumida de maneira explícita, em numerosas descrições,

amplamente usadas, de motivação, como redução de necessidade, redução de tensão, redução de impulso e redução de ansiedade.

A teoria da motivação trata da mensuração das necessidades de cada indivíduo em diferentes aspectos que fazem parte do seu cotidiano, como a relação afetiva com seus amigos, seu ambiente de trabalho, seus anseios relacionados a sua autoestima.

Voltemos ao contexto da Educação Corporativa, relacionando como as entidades se estruturam para proporcionar cursos de acordo com a sua cultura organizacional.

Muller (2012, p. 11) define:

A educação continuada de profissionais é requisito básico para a renovação e a adequação de organizações no enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças sociais, econômicas e políticas, pela evolução do conhecimento e pelo desenvolvimento das tecnologias.

A educação continuada é direcionada a qualificação dos profissionais que compõem o ambiente organizacional, vem crescendo de forma significativa com uso das tecnologias de informação e comunicação (Tlc), utilizando a interface *web* para proporcionar cursos em diferentes áreas de atuação.

Nos ambientes corporativos são realizadas as capacitações de seus colaboradores cada vez mais pela Educação a Distância, pois existem vantagens em relação à forma presencial como a flexibilidade de horário, sem prejudicar o expediente de trabalho, ser menos oneroso para administração em relação ao transporte, alimentação e hospedagem e adequar os cursos de acordo com as necessidades educacionais do momento. Segundo Castro e Eboli (2014, p. 231), “em relação à EAD, trata-se de uma prática crescente, vista como fundamental para manter as ações de formação diante de orçamentos cada vez mais enxutos”.

Vamos, através da tabela 2, descrever as características predominantes nesse sistema educacional de formação.

Tabela 2. Educação Corporativa

Objetivo	Desenvolver competência crítica
Foco	Aprendizado organizacional
Escopo	Estratégico
Ênfase	Estratégias de Negócios
Público	Interno e Externo

Local	Espaço real e virtual
Resultado	Aumento da Competitividade

Fonte: Adaptado de EBOLI (2014, p. 19)

Essa tabela sintetiza todos os objetivos que as empresas/instituições querem alcançar em longo prazo com adoção dessa prática educacional no seu ambiente organizacional.

Podemos salientar o item sobre o escopo e local. O primeiro item refere-se à perspectiva que a empresa quer almejar ao determinado período, levando em consideração sua missão, valores, visão, contextualizando, detalhando e descrevendo seus pontos positivos e negativos.

Segundo termo vai determinar como será realizada essa capacitação dos profissionais se é presencial, virtual (EAD) ou *blended* (sistema misto, onde acontece o ensino presencial e a distância no mesmo curso).

Para Eboli (2014, p. 20), a Educação Corporativa está baseada em sete princípios fundamentais listados a seguir:

- **Competitividade:** Busca continuamente elevar o patamar de competitividade empresarial através de instalação, desenvolvimento e consolidação das competências críticas, empresariais e humanas.
- **Perpetuidade:** entende a educação não apenas como um processo de desenvolvimento e realização do potencial intelectual. Físico, espiritual, estético e afetivo existente em cada colaborador, mas também como um processo de transmissão da herança cultural.
- **Conectividade:** privilegiar a construção social do conhecimento, estabelecendo conexões, intensificando a comunicação empresarial e favorecendo a interação de forma dinâmica para ampliar a quantidade e qualidade da rede de relacionamentos com o público interno e externo.
- **Disponibilidade:** oferecer e disponibilizar atividades e recursos educacionais de uso e acesso fáceis, propiciando condições favoráveis e concretas para que os colaboradores realizem a aprendizagem “a qualquer hora e em qualquer lugar”, estimulando-os assim a se responsabilizarem pelo processo de aprendizado contínuo e autodesenvolvimento.
- **Cidadania:** estimular o exercício da cidadania individual e corporativa e da construção social do conhecimento organizacional, através da formação de atores sociais.
- **Parceria:** entender que desenvolver continuamente as competências críticas dos colaboradores, no intenso ritmo requerido atualmente no mundo dos negócios, é tarefa complexa e audaciosa, exigindo que se estabeleçam relações de parceria nos âmbitos interno e externo, com ideal e interesse comum na educação desses colaboradores.
- **Efetividade:** ser um centro gerador de resultados para a empresa, buscando agregar sempre ao valor ao negócio.

Esses princípios resumem os fatores que são levados em consideração pelas instituições que promovem a Educação Corporativa, tendo como foco a qualificação dos seus profissionais (colaboradores).

Para Moraes (2014, p. 19), “a educação corporativa tem se consolidado como a forma mais abrangente e perene de criar diferenciais competitivos, ao buscar a transformação de processos e comportamentos e alinhá-los às estratégias das organizações”. Esse padrão em capacitar os funcionários nos ambientes organizacionais começou nos Estados Unidos, a partir da *Corporate Universities*.

No contexto brasileiro, essa nomenclatura foi introduzida pela literatura de Jean Meister (1999) e com a criação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, conforme o Decreto nº 3.364, de 15 fevereiro de 2000, revogado pelo Decreto nº 4.451, de 07 de março de 2002.

Para Soeltl (2008, p. 249),

A educação corporativa vem crescendo no Brasil para fazer frente à competitividade local e global, direciona toda a atenção dos empresários e executivos para a otimização dos resultados, a melhoria permanente dos processos produtivos e administrativos, a eliminação de retrabalhos e a redução de custos.

A expansão desse método de qualificação profissional ocorreu devido às necessidades da administração em formar seus funcionários de acordo com a política institucional, deixando de ser dependente da instituição de ensino superior. Com isso, não possui regulamentação para seu funcionamento como EAD, em uma universidade tradicional.

Na esfera pública, foi implementada de acordo emenda constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, no seu art. 39, inciso 2º, estabelecem:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - Os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos

servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (BRASIL, 1998).

Essas escolas de governo proporcionam formação dos seus servidores utilizando a Educação a Distância, são compostas por 262 instituições nas três esferas de poder. No quadro 1, vamos citar exemplos das instituições federais:

Quadro 1. Escolas de Governo

Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região – TRF 1ª Região / DF
Universidade Corporativa do BACEN / Gerência de Educação Corporativa
Universidade Corporativa do Banco do Brasil
Universidade Corporativa do SERPRO
Universidade Corporativa dos Correios
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Universidade Federal de Roraima – UFRR
Universidade Federal do ABC
Universidade Federal do Ceará
Universidade Federal do Pará – UFPA
Universidade Petrobrás
Escola de Administração Fazendária – ESAF
Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – EMAGIS
Escola de Inteligência – ESINT / ABIN
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Fonte: ENAP, 2016.

As instituições públicas listadas na tabela anterior proporcionam aos seus servidores públicos capacitação e aperfeiçoamento profissional. A rede nacional de Escolas de Governo é formada por entidades governamentais que

têm objetivo principal a formação dos agentes públicos, é de livre adesão, é uma articulação informal (ENAP, 2016).

Muller (2012, p. 20) define as escolas de governo como “organizações públicas que desenvolvem seus espaços de aprendizagem, mas as estruturas são as mais diversas: por meio de departamentos de recursos humanos, centro de formação e desenvolvimento, institutos, fundações”.

As escolas de governo, tem como amparo legal o Decreto 5.707/2006, de 23 de fevereiro de 2006, que trata das políticas de desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, que define:

Art. 4º Para os fins deste Decreto, são consideradas escolas de governo as instituições destinadas, precipuamente, à formação e ao desenvolvimento de servidores públicos, incluídas na estrutura da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. As escolas de governo contribuirão para a identificação das necessidades de capacitação dos órgãos e das entidades, que deverão ser consideradas na programação de suas atividades (BRASIL,2006).

Segundo a Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAED ,2006), foi feita a primeira pesquisa com as entidades que possuem Educação Corporativa no seu ambiente organizacional e utilizam a EAD. Foram obtidos os seguintes resultados: nas 21 empresas que participaram 34% destinam seus cursos para funcionários diretos, foram oferecidos cursos com maior procura em treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem. Os recursos educacionais mais utilizados foram a mídia impressa, televisão e cd-rom.

No censo EAD (2014), foram matriculados 1.092.383 de funcionários para realizar cursos corporativos com a demanda maior em atualização; treinamento operacional; treinamento em habilidades sociais comportamentais e aperfeiçoamento, os recursos educacionais foram: livro eletrônico ou digital teleaulas ou vídeos e material didático impresso, foram contempladas 241 entidades públicas e privadas sendo que 30% são referentes à EAD corporativa.

No próximo capítulo, vamos relacionar as principais características do material didático impresso no contexto da modalidade de Educação a Distância.

3. MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD

Neste capítulo, relatamos os conceitos de material didático impresso produzido na EAD, considerando as principais características do MDI, bem como a linguagem utilizada pelos professores e o *design instrucional*.

3.1. Materiais didáticos impressos para EAD: características, linguagens e práticas

Na EAD, esse recurso educacional está presente em todas as fases de desenvolvimento dessa modalidade de educação, como vimos anteriormente, tornando-se ferramenta primordial nos processos de ensino-aprendizagem, apoiando a formação dos alunos. Para Preti (2010, p. 16), o livro didático marca “a perspectiva da socialização do conhecimento e da universalização do acesso à escola”.

A função do material didático também no formato impresso é apoiar o processo pedagógico dos cursos oferecidos na modalidade EAD e no ensino presencial.

Destacamos que a construção de materiais didáticos se diferenciou ao longo das diversas gerações da EAD, como, por exemplo, no ensino por correspondência em que não havia muita interatividade nos processos ensino-aprendizagem mediados a distância.

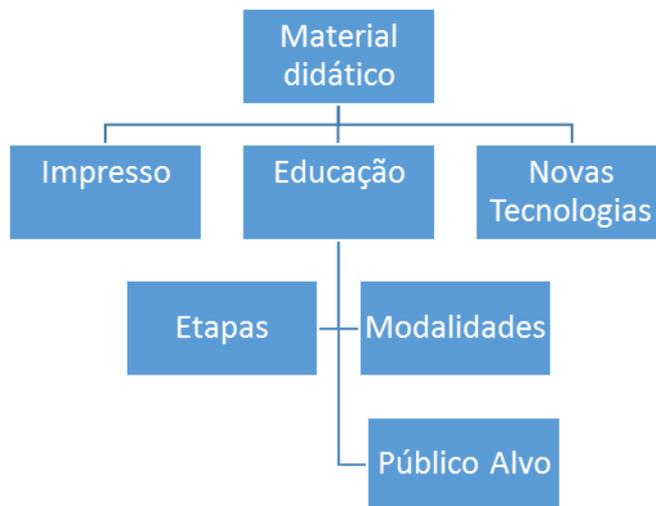
De acordo com os Referenciais de Qualidade do MEC (2007, p. 13), o MDI:

Deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

A elaboração dos materiais didáticos impressos, associada às tecnologias de informação e comunicação (TIC), vem para proporcionar a interatividade, com uso da linguagem e dos gêneros textuais na sua composição, para atrair e motivar os alunos para alcançar seus objetivos de aprender no contexto da EAD.

A linguagem utilizada nessa modalidade educacional é considerada como um diferencial em relação ao ensino presencial. (FRANCO,2015, p. 21). Vamos visualizar, na figura a seguir, os componentes que estão envolvidos no desenvolvimento do MDI.

Figura 2. Modalidades do Material Didático



Fonte: Adaptado de Bandeira (2009, p. 19).

Na figura, identificamos como o material didático pode ser associado às tecnologias de informação e comunicação (TIC), disponibilizadas por meio impresso ou digital e os quais podem ser utilizados para ensino presencial e a distância; sendo que, na EAD, essa mídia é produzida de acordo com o público-alvo da região, por nível de escolaridade.

O MDI produzido para Educação a Distância tem papel fundamental nas interações entre alunos e professores nos processos de ensino- aprendizagem realizados no ambiente virtual, pois a EAD tem como característica a autonomia do aprendiz para estudar os módulos que compõem o curso.

Segundo Franco (2007, p.22),

O especialista, ao produzir o material, deverá refletir primeiramente sobre as possíveis características do aprendiz a quem o material se destina, bem como em um texto que promova o diálogo com esse aprendiz e o conduza a uma aprendizagem.

Na construção do material didático impresso para EAD, deve-se priorizar uma linguagem dialógica, a fim de propiciar interação entre os atores

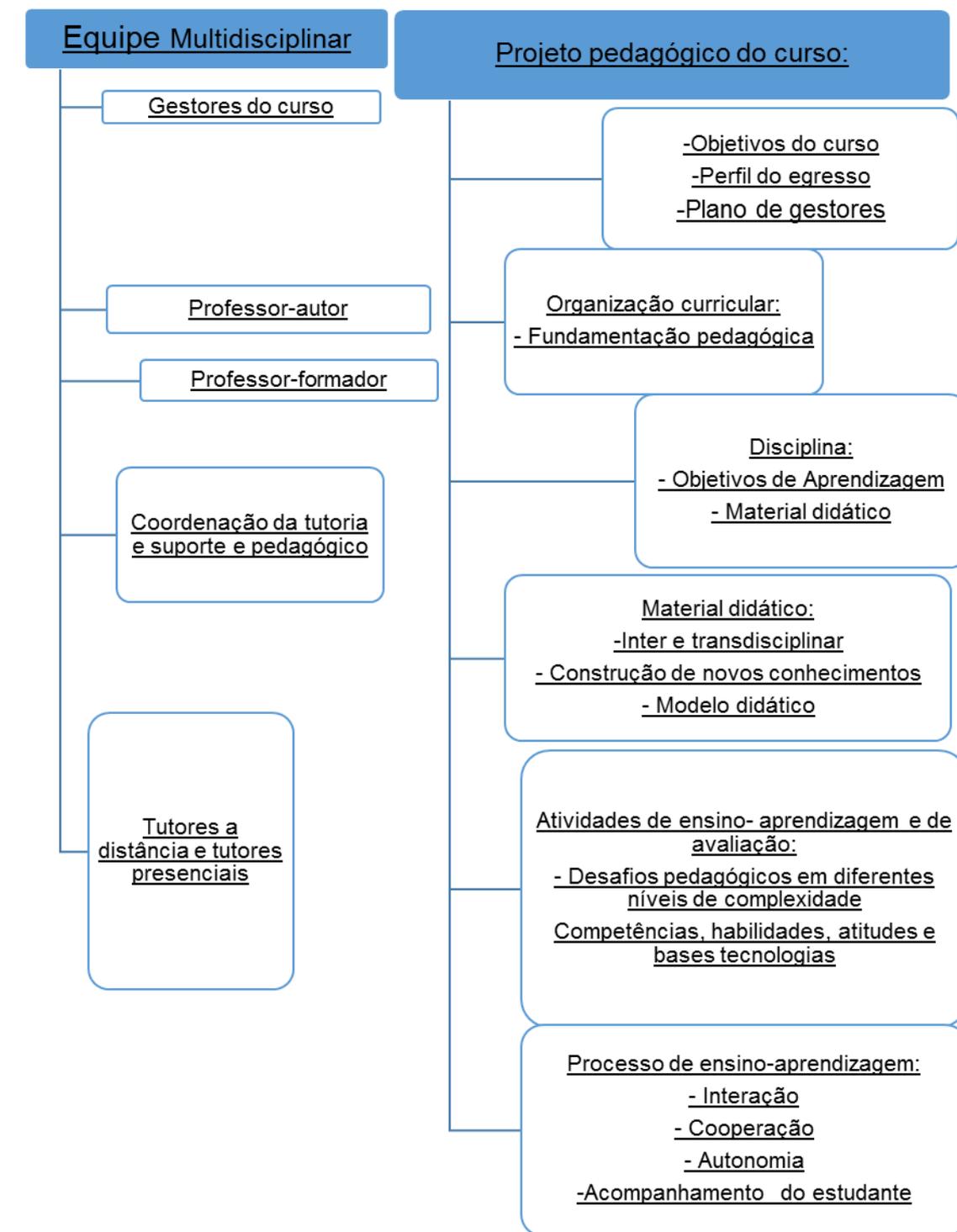
que participam do processo educativo, tais como: alunos, professores autores e tutores. Para Franco (2007, p. 25), “a produção textual para EAD é essencialmente didática e dialógica”. Deve estar baseada no processo pedagógico de cada curso, assim assume a função de mediação pedagógica com a utilização das tecnologias de informação.

Conforme Pacheco e Coelho (2012, p.2),

A concepção de materiais didáticos para o ensino a distância é um processo que passa pelo reconhecimento das dimensões do processo educativo, pela análise e o levantamento de dados relativos à construção do conhecimento necessário e desejado e também pela questão da gestão pedagógica e administrativa que será necessária à implantação dos materiais escolhidos, sendo um desafio muito mais amplo do que apenas selecionar os conteúdos desejados.

A seguir vamos identificar, por meio da figura, quais os elementos essenciais que fazem parte da construção do projeto pedagógico do curso em EAD, para desenvolvimento do MDI e da aprendizagem do discente.

Figura 3. Ambiente de ensino-aprendizagem



Fonte: Adaptado Dal Molin (2008, p. 13)

A figura anterior descreve os atores envolvidos para construção da aprendizagem na modalidade em EAD, quais particularidades pertinentes ao projeto pedagógico, levando-se em consideração o público-alvo.

No cenário da EAD, os materiais didáticos apresentam-se de várias formas diversificadas, como: manuais, roteiros de estudo, guias de estudo, livros-texto e outros.

Até o momento, contextualizamos a definição de material didático por alguns autores. A seguir relacionaremos como elaborar esses materiais para a modalidade de Educação a Distância. Existem alguns livros-textos como guias de elaboração de MDI direcionados para professores-autor, como podemos citar o livro *Produção de Material Didático Impresso: orientações, técnicas e pedagógica*, de Preti (2010).

Inicialmente, para construir o MDI, temos que definir o projeto pedagógico do curso, considerando o planejamento didático com os seguintes itens: perfil do público-alvo, carga horária, ementa, módulos ou unidades de aprendizagem, conteúdo programático, objetivos e metas de aprendizagem, competências, metodologia, critérios e instrumentos de avaliação, referências.

Na segunda fase, ocorre a elaboração e a produção do MDI, levando-se em consideração os itens anteriormente mencionados, bem como a equipe multidisciplinar (professores, revisor, design gráfico).

A estrutura dos módulos deve conter informações sobre a unidade de conteúdo, objetivos, sumário, seções e unidade de estudo, referência, considerações finais, informação sobre autor, atividades, resumos. Os elementos destacados acima são considerados essenciais no desenvolvimento do livro didático (SILVA e SILVA 2015, p. 15).

O texto didático pode apresentar caixas de destaque direcionadas ao aprofundamento da seção, ou seja, a forma com que o aluno pesquise e conheça mais sobre o tema.

Também a inclusão dos recursos instrucionais para transmitir interatividade através de figuras, charges, ilustrações e hipertextos, tendo o direito autoral livre, ou seja, a implantação do *design instrucional* no texto com a finalidade tornar a leitura mais compreensível.

Para Piconez e Filantro (2004), o *design instrucional* descreve

A ação intencional de planejar, desenvolver e aplicar situações didáticas específicas que, valendo-se das potencialidades da Internet, incorporem, tanto na fase de concepção como durante a implementação, mecanismos que favoreçam a contextualização e a flexibilização.

Assim, o *design* instrucional refere-se à diagramação do livro-texto, formatação, disposição dos recursos instrucionais, caixas de destaques entre outros.

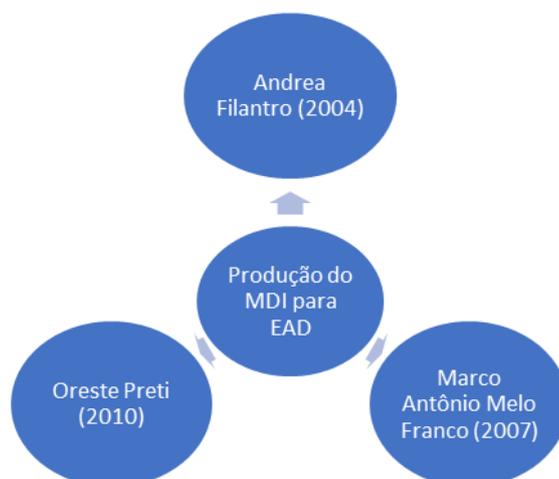
Em relação, as práticas de linguagem utilizadas na elaboração dos materiais didáticos impressos para EAD, destacamos:

- Os parágrafos devem traduzir de forma clara as ideias neles contidas;
- As frases devem ser curtas;
- Excessos de negações devem ser evitados em uma mesma frase;
- A voz passiva deve ser evitada, dando-se preferência a construções ativas e diretas;
- Excesso de palavras impessoais deve ser evitado (como isto, aquele, esse, este, etc);
- Preferir palavras que sejam familiares ao aluno;
- Escolher palavras concretas, mais significativas;
- Os termos técnicos devem ser explicados e, se possível exemplificados, principalmente, aqueles que não são comuns ou de uso cotidiano;
- O texto que está sendo escrito deve ser adequado ao aluno que o ler (FRANCO, 2007, p.30).

Os conteúdos produzidos na EAD devem ser claros, dialógicos, quer dizer que o professor deve elaborar textos que promovam a interatividade, linguagem simples para se aproximar mais com alunos já que no cotidiano não existe a interação face a face com discente.

O aspecto relevante com MDI são os direitos autorais pertencentes aos professores autores que devem ser respeitados, segundo Zanetti (2008, p.98), a “legislação brasileira não permite a cópia, reprodução, divulgação, e apresentação pública de uma obra sem a permissão do autor, mas admite uso de ideias, métodos, conceitos e procedimentos normativos”.

Através da figura a seguir, vamos identificar autores que pesquisam sobre materiais didáticos impressos.

Figura 4. Autores/ Pesquisadores de MDI

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Destacamos esses autores, pois envolvem a temática da pesquisa, no qual evidenciam seus estudos na elaboração e análise da *produção de materiais didáticos impresso, como a interação, dialogismo, linguagem e design instrucional*.

O MDI produzido para EAD corporativa também segue as mesmas particularidades na sua elaboração, só que é destinado aos ambientes organizacionais com finalidade de capacitar o corpo profissional.

Antes de iniciarmos o próximo capítulo, demonstraremos a seguir por meio da figura 5 os autores que embasaram o estudo:

Figura 5. Síntese do aporte teórico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A seguir vamos destacar os métodos científicos pertinentes à pesquisa, para alcançar os objetivos específicos, bem como os instrumentos de coleta de dados e método de análises.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo, vamos apresentar o método científico utilizado na presente pesquisa, descrevendo como foram obtidos os dados. Nas seis seções, demonstraremos a caracterização do tipo pesquisa, os sujeitos participantes, delimitação do cenário da pesquisa, utilizados instrumentos para coleta de dados, além de evidenciarmos a análise de conteúdo como método priorizado na discussão dos resultados.

4.1. *Natureza da Pesquisa*

A presente investigação insere-se no âmbito educacional, com foco na EAD Corporativa, priorizando uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, a pesquisa revela-se como qualitativa tendo em vista

A tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. (RICHARDSON, 2014, p. 91).

A pesquisa qualitativa analisa as informações obtidas pelo público-alvo em relação ao um fenômeno social ou ao emprego de uma ferramenta aplicada ao meio educacional e/ou profissional. Além disso, este tipo de pesquisa observa as concepções dos participantes em relação ao assunto, sem intervenção da opinião do pesquisador. Conforme Richardson (2014, p. 74), o estudo em educação “tem sido direcionado para investigar os eleitos do emprego de novos métodos e técnicas de ensino, adequação de material didático especializado ou de tecnologias sofisticadas”.

A pesquisa foi direcionada à aplicação de um material didático impresso (MDI), produzido especificamente para um grupo de profissionais, na modalidade educacional a distância, visando à análise das concepções dos sujeitos/leitores sobre o papel do MDI na qualificação profissional.

Para Richardson (2014, p. 83),

A pesquisa para elaborar material didático é um processo que consiste em desenvolver e validar produtos educacionais. Relativamente nova, essa metodologia de trabalho aparece

como uma das mais promissoras estratégias já utilizadas, particularmente, no campo educacional.

Como o próprio nome indica, ela tem como objetivo expressamente claro produzir livro-texto, material audiovisual, equipamento específico, material de treinamento, enfim, qualquer produto essencial ao desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Assim, as informações coletadas dos sujeitos da pesquisa buscaram avaliar e analisar seu conteúdo e os recursos instrucionais dispostos no livro-texto destinado aos profissionais de uma área técnica, considerado uma das principais mídias utilizadas na EAD e tem como finalidade o processo de ensino-aprendizagem.

Na próxima seção, identificaremos quais os tipos de estudos pertinentes a esta pesquisa.

4.2. Níveis de Pesquisa

Vamos delimitar quais os tipos de estudos explorados nessa pesquisa. Na metodologia científica, apresentam-se três níveis: exploratórios, descritivos e explicativos.

A presente pesquisa priorizou os estudos exploratórios e descritivos, tendo em vista conhecer a amostra nos diferentes aspectos dos sujeitos.

No aspecto descritivo, buscamos conhecer o perfil dos participantes, como os dados pessoais, seu nível escolaridade, perfil profissional, tempo de trabalho na instituição, entre outros.

Gil (2008, p.47) conceitua o estudo descritivo como:

Têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental, etc.

O método exploratório no estudo de um tema, no caso, é a utilização do MDI na EAD Corporativa, dando suporte na qualificação profissional.

Gil (2008, p. 46) define a pesquisa exploratória como:

Tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e

documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

É um estudo no qual aprofundamos as ações para conhecermos as informações pertinentes ao problema da pesquisa. Foi realizado o levantamento bibliográfico através de livros e artigos. Priorizamos um estudo de caso, que consiste na aplicação do MDI no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para determinado grupo de profissionais, o qual destacaremos nas próximas seções.

4.3. Cenário da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), localizada no Estado de Pernambuco, especificamente no setor de Gerência de Contabilidade e Finanças (GCF), o qual contempla os servidores que pertencem ao quadro funcional dessa instituição pública.

Nesse sentido, a investigação foi realizada no âmbito da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), uma instituição com 103 anos de existência expandindo o ensino, a pesquisa e a extensão para os 17 mil alunos nas diversas Unidades Acadêmicas², e com quantitativo de mais três mil servidores.

Em relação às ações estratégicas e de gestão, a UFRPE apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente ao período de 2013 a 2020 – Resolução nº 01/2013 Conselho Universitário, com base na lei 10.861/2004. Nele estão dispostos os pontos positivos e os que precisam ser alcançados em longo prazo, salientando-se que o PDI está em processo de revisão das suas ações.

Apresenta-se no PDI/UFRPE, a visão institucional, a missão e os valores, como:

Visão: Em 2016, ser reconhecida pelas melhores práticas universitárias, pautadas na gestão participativa.

² A Universidade Federal Rural de Pernambuco possui quatro Unidades Acadêmicas, localizadas nas cidades de Cabo Santo Agostinho (UACSA), Garanhuns (UAG), Serra Talhada (UAST) e Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADtec/Recife), que oferecem cursos em diferentes áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Missão: Construir e disseminar conhecimento e inovação, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão atenta aos anseios da sociedade.

Valores: Excelência acadêmica; ética; transparência; equidade; inclusão respeito aos saberes populares; respeito à diversidade; eficiência; preservação da memória institucional; responsabilidade socioambiental; sustentabilidade e inovação. (PDI,2012, p.25)

Assim, podemos salientar que a capacitação dos servidores da UFRPE revela-se como uma fragilidade³ na instituição como um todo, mas é descrita no planejamento estratégico como uma forma de proporcionar “aprendizagem e crescimento” (PDI, 2012, p.26). Certamente, com investimentos poderão ocorrer mudanças nessa área para que se alcance um desempenho melhor no ambiente de trabalho, contribuindo para desenvolvimento da instituição.

O setor responsável para oferecer cursos de capacitação é a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SUGEP), especificamente a Divisão de Competências de Desenvolvimento e tem como atribuições o planejamento referente ao aprimoramento dos profissionais da UFRPE.

Contemplando todos os servidores nos diversos níveis de acordo com a carga horária exigida na lei 11.091/2005. A seguir, por meio da tabela 3, vamos demonstrar, de acordo com anexo III, da respectiva lei.

Tabela 3. Carga Horária

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA
D	I	EXIGÊNCIA MÍNIMA DO CARGO
	II	90 h
	III	120 h
	IV	150 h
E	I	EXIGÊNCIA MÍNIMA DO CARGO
	II	120 h
	III	150 h
	IV	Igual ou superior a 180 h

Fonte: Anexo III, da lei 11.091/2005.

Os cursos oferecidos no ambiente institucional destinados à capacitação são realizados de forma presencial, ressalvando que foi feito o Curso de

³ Esse termo é utilizado de acordo com a ferramenta SWOT, onde são identificados os pontos fracos e fortes, as ameaças e as oportunidades na Análise do Ambiente interno (PDI, 2012, p.13).

“*Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas e Ética na Administração Pública*” na modalidade à distância utilizando o ambiente virtual de aprendizagem, no Moodle, no ano de 2014.

4.4. Sujeitos

O público-alvo da presente pesquisa é formado por servidores públicos que pertencem à Gerência de Contabilidade e Finanças, que atuam na área contábil-financeira da UFRPE.

A amostra foi composta por 21 agentes públicos que exercem cargos efetivos na instituição, regidos pela lei 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União) e pela lei 11.091/2005 (Plano de Carreira dos Cargos de Técnicos Administrativos em Educação).

Os servidores ocupam cargos de nível médio e superior, na Lei 11.091/2005, são enquadrados no nível D e E, respectivamente. São responsáveis pela contabilização em Sistema Integrado da Administração Financeira (SIAFI), suas atribuições são divididas em dois departamentos: contábil e financeiro da instituição diferenciando pelo cargo que exercem.

4.5. Instrumentos de Coleta de Dados

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas com aplicação dos procedimentos científicos pertinentes, com o propósito de atingir objetivos gerais e específicos do estudo, que concerne na temática sobre o aperfeiçoamento dos servidores públicos da área contábil-financeira, utilizando um dos recursos educacionais de Educação a Distância, no caso é o material didático impresso.

Para Lakatos e Marconi (2003, p.163),

Os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação. Em linhas gerais, as técnicas de pesquisa são:

1. Coleta Documental.
2. Observação.
3. Entrevista.
4. Questionário.
5. Formulário.

6. Medidas de Opiniões e de Atitudes.
7. Técnicas Mercadológicas.
8. Testes.
9. Sociometria.
10. Análise de Conteúdo.
11. História de vida.

Para a coleta de dados, utilizamos o questionário e o roteiro de avaliação, descritos a seguir:

4.5.1. Questionário

O primeiro instrumento aplicado foi o questionário de forma presencial com os agentes públicos, envolvendo questões abertas e fechadas no seu contexto. A formulação das questões foi direcionada aos objetivos específicos da pesquisa.

Conforme Gil (2009, p.140),

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

A escolha de adotar essa técnica de pesquisa consiste em conhecer o perfil dos servidores, o tempo de serviço na instituição, o nível de escolaridade, o cargo que exercem na entidade de acordo com a lei específica das instituições de ensino superior, o perfil no sistema integrado da administração financeira.

Além disso, por meio do questionário buscamos coletar informações sobre o conhecimento dos sujeitos acerca da Educação a Distância e EAD Corporativa, tendo em vista experiências prévias em cursos nessas modalidades. Também o instrumento de coleta contemplou questões sobre a implantação do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Esses questionamentos sintetizam as perguntas de forma fechada aplicadas através desse procedimento.

Para Richardson (2014, p. 191),

Instrumentos em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas. O entrevistado deve responder à alternativa que mais se ajusta às suas características, ideias ou sentimentos.

A segunda etapa do questionário foi destinada a perguntas abertas com a finalidade de obter informações do público-alvo sobre sua concepção da EAD e se o material didático impresso disponibilizado no AVA conseguiu atender os objetivos específicos do curso o qual participou antes desse estudo. Para Richardson (2014, p 192), “as perguntas abertas caracterizam-se por perguntas ou afirmações que levam o entrevistado a responder com frases ou orações”.

Esse procedimento foi validado pelo modelo pré-teste na presente pesquisa. Salientamos que, o projeto de pesquisa foi aprovado através do processo nº 23082. 022006/2015-65, intitulado Produção de material didático impresso para EAD corporativa.

Nos apêndices incluímos a carta de anuência que trata do livre consentimento dos participantes no qual descrevemos as etapas da pesquisa, o sigilo das informações pessoais, por questões éticas pois a participação dos sujeitos é primordial para realização da pesquisa. Assim identificaremos por ordem alfabética (a, b, c..).

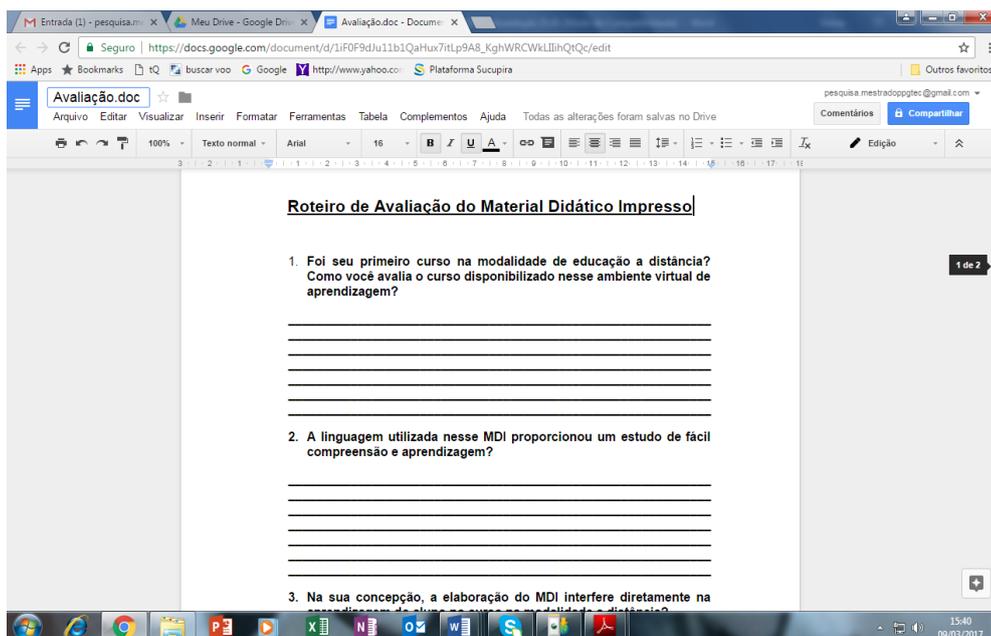
4.5.2. Roteiros de Avaliação do Material Didático Impresso

No segundo momento, foi realizada uma avaliação sobre o MDI, considerando as concepções dos servidores que atuam na área contábil e financeira, através de perguntas abertas. Os roteiros foram utilizados para conhecer as opiniões dos participantes de forma bem específica da problemática de estudo.

Para obtermos as respostas dos servidores foi disponibilizado o material didático impresso (MDI) produzido para essa pesquisa, sendo disponibilizado no ambiente virtual *Moodle* destinado às ações de extensão da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADtec)/UFRPE.

Foi criada uma sala virtual com o título de *Curso de Extensão de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, em que a pesquisadora manteve contato com os sujeitos da pesquisa para iniciar a coleta de dados. O roteiro dessa avaliação também foi disponibilizado online no Google Drive, no link https://docs.google.com/document/d/1oIEC8VcZaf9UL9yVmkfJZia7cG_5JC_iFnXM_ykBjl/edit?invite=Clv1zvcN&ts=57d0b586, a seguir por meio da figura 5, demonstraremos a avaliação do material didático impresso.

Figura 6. Roteiro de Avaliação do MDI

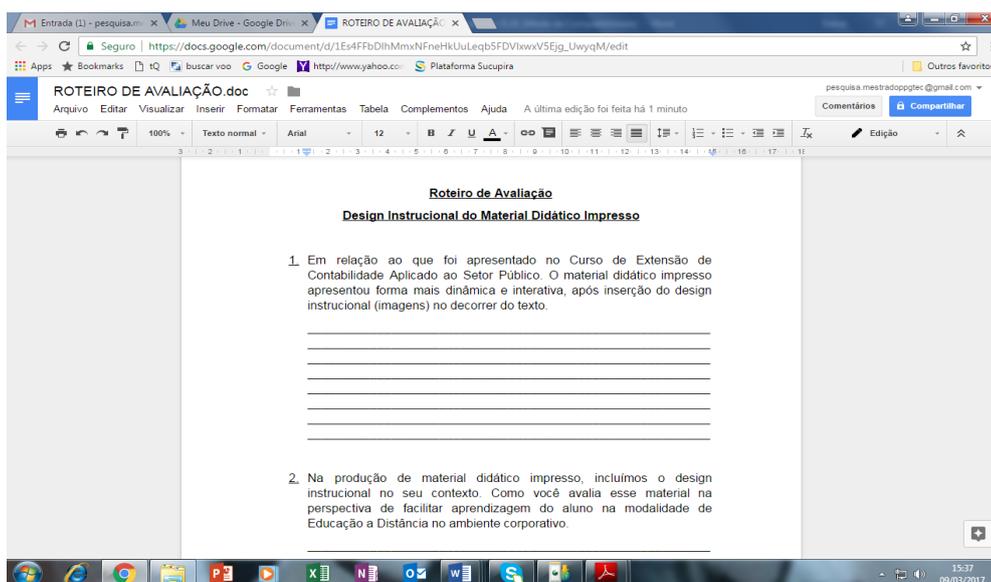


Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Utilizamos o Google Drive para encaminhar esse roteiro para os agentes públicos que não responderam a avaliação ou não participaram do curso.

Também foi disponibilizado no Google Drive, no link <https://drive.google.com/file/d/0Byp02H1e1XvAVmJ1UWlIdWpSS3c/view?usp=sharing>, o roteiro de avaliação sobre o MDI com o *design instrucional*, segue por meio da figura 7, as questões.

Figura 7. Roteiro de Avaliação do MDI com Design Instrucional



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Disponibilizamos o mesmo através de e-mail dos participantes da pesquisa avaliarem esse novo formato do recurso educacional com objetivo de facilitar aprendizagem dos agentes públicos.

Esse procedimento científico foi validado pelo modelo pré-teste da pesquisa.

4.6. Análise de dados

A análise de dados foi referente ao estudo de caso das informações qualitativas, coletadas nos instrumentos científicos desenvolvidos na pesquisa.

Conforme Richardson (2014, p.84),

Estudos de análise de conteúdo em educação tem contemplado os dois tipos de enfoques. A maioria tem sido dirigida para obter respostas para questões diretamente relacionados ao material analisado.

Esse método consiste em avaliar as concepções dos diversos sujeitos perante o conteúdo apresentado pelo pesquisador.

Bardin (1977, p.42) conceitua análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

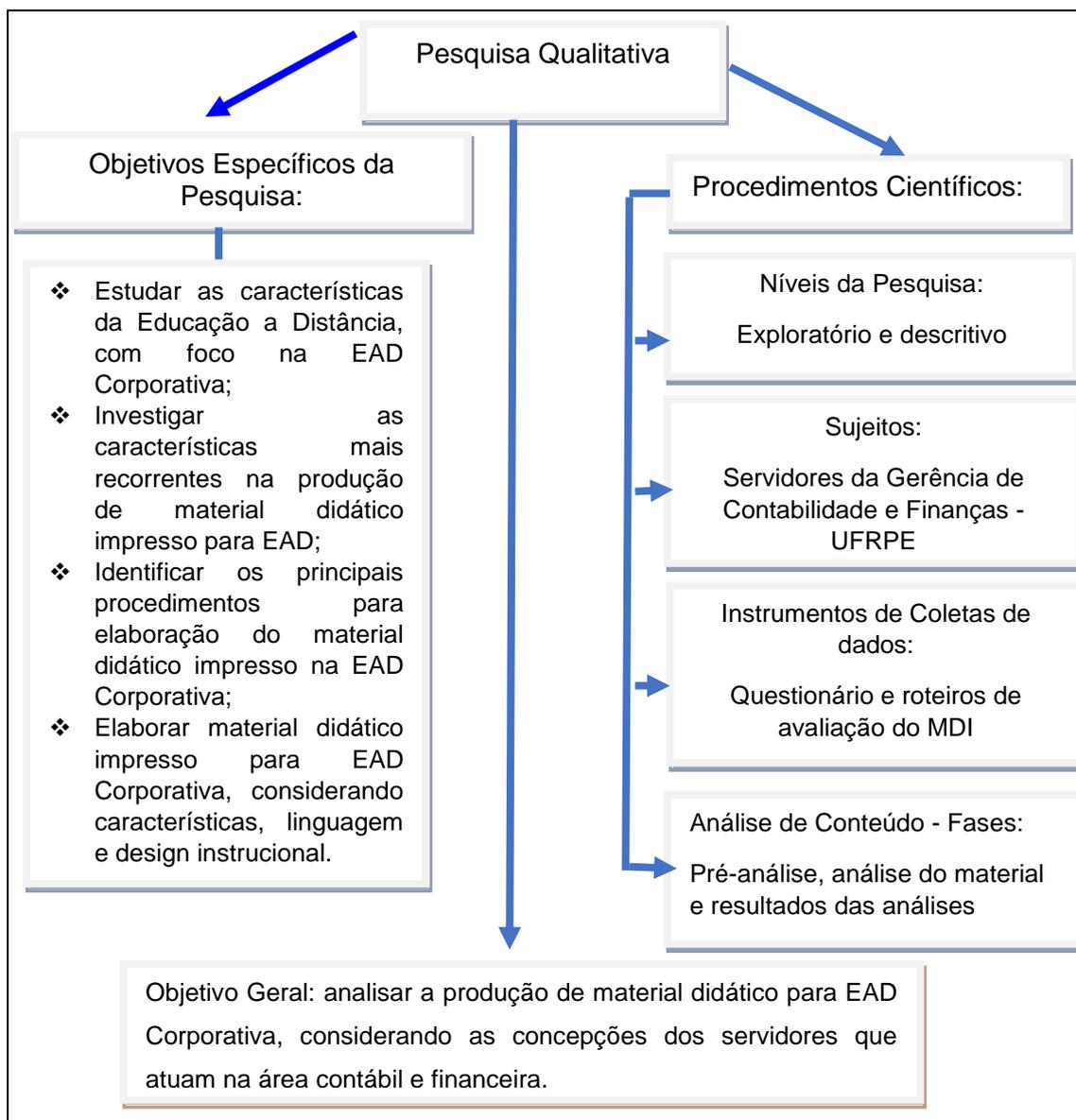
Análise de conteúdo desse estudo foi desenvolvida em três fases: 1) pré-análise; 2) análise do material e 3) os resultados das análises ou inferências, seguindo a metodologia de Bardin (1977). A primeira etapa verifica e organiza como foi realizada a pesquisa com o propósito de solucionar o fenômeno estudado, sendo responsável pela escolha dos documentos avaliados de acordo com objetivos da pesquisa, suas hipóteses.

A pesquisa, foi referente análise temática do livro-texto produzido, antes e após a diagramação, que busca as opiniões dos sujeitos sobre área contábil, e como esse recurso educacional pode apoiar seu desenvolvimento profissional em ambiente organizacional.

Os sujeitos atribuíram suas opiniões sobre o material didático impresso nos dois módulos, o qual contemplam assuntos de natureza técnica, mas produzido com particularidades da EAD.

Vamos demonstrar, de acordo com o quadro 2, como foi desenvolvida a pesquisa qualitativa, relacionando os procedimentos científicos pertinentes ao fenômeno estudado.

Quadro 2. Mapa Conceitual da Pesquisa



Fonte: Elaboradora pela autora (2016)

A análise qualitativa foi direcionada ao posicionamento dos sujeitos em relação à EAD e ao ensino presencial, no roteiro de avaliação, aplicamos o MDI, delimitando o contexto da linguagem utilizada nos dois módulos constantes referentes à área contábil e financeira, já que os assuntos se destinam às atividades laborais dos participantes.

Também sobre a EAD corporativa que tratou da utilização dessa mídia para aperfeiçoamento profissional no ambiente organizacional, estabelecendo com as demandas do órgão/ empresa.

E, por último, realizamos a avaliação do MDI apresentando um *design instrucional* que insere imagens e na organização do texto para torna-se mais atrativo ao leitor, então buscamos as opiniões dos servidores em relação ao aperfeiçoamento do livro-texto.

Na seção de discussão dos dados, destacamos algumas respostas dos servidores em relação à temática, relacionando diretamente com conceitos de autores de EAD e do MDI, como as características no processo de elaboração de um recurso educacional considerado de qualidade.

As informações coletadas dos sujeitos contribuíram de forma significativa para pesquisa, dando suporte às análises.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, vamos descrever os dados da pesquisa obtidos do questionário, o qual foi elaborado com 12 questões distribuídas em abertas e fechadas.

Nesse instrumento utilizamos para conhecer o perfil dos servidores, dados institucionais e experiência da EAD no campo profissional antes da pesquisa. Obtivemos os seguintes resultados: foram aplicados 21 questionários com os agentes públicos que atuam na área contábil e financeira, sendo que são oito servidores do sexo masculino e treze do sexo feminino. Quanto ao grau de escolaridade, 66,67% possuem pós-graduação *Lato Sensu* (especialização), 28,57% têm curso superior e 4,76% afirmam ter pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado). A faixa de idade compreendida 47,62% entre 45 a 60 anos, 28,57% entre 35 a 45 anos, 19,05% entre 25 a 35 anos e 4,76% mais de 60 anos.

Em relação ao quadro funcional da instituição, conforme a Lei 11.091/2005, que regulamenta o Plano de Carreiras dos servidores de instituição federais de ensino vinculadas ao Ministério de Educação, os agentes públicos: pertencem ao nível D no percentual de 80,95% e são exigidos o nível completo ou técnico profissionalizante de acordo com Anexo II da lei acima; e 19,05% enquadram-se no nível E, e possuem curso superior e além de registro de conselho de classe referente ao seu cargo. Por meio da tabela 4, vamos demonstrar de forma resumida as informações pessoais e profissionais dos sujeitos:

Tabela 4. Perfil dos sujeitos participantes

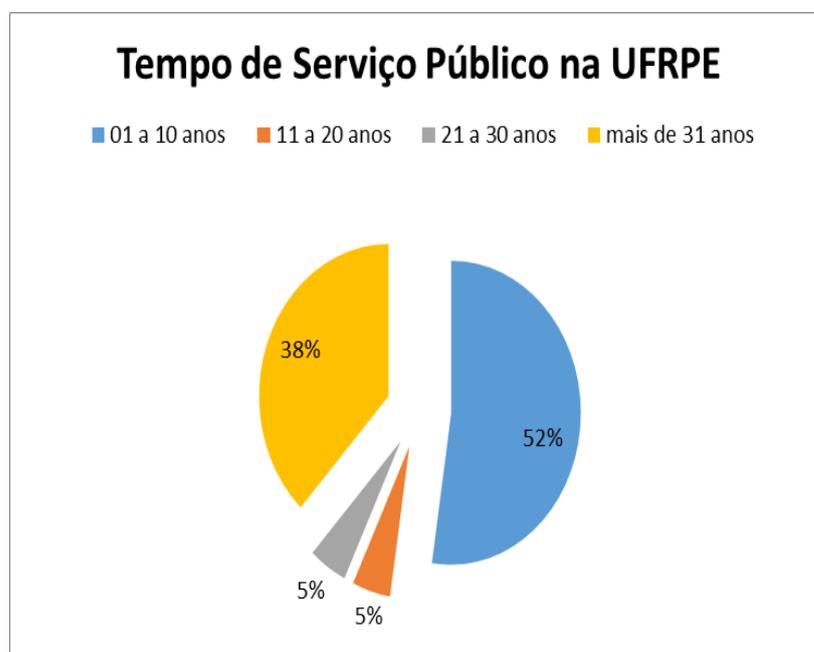
Sexo	❖ 38,10% - Masculino; ❖ 61,90% - Feminino
Nível de Escolaridade	❖ 66,67% - Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> ; ❖ 28,57% - Graduação Completa; ❖ 4,76% - Pós-Graduação <i>Strictu Sensu</i>
Idade	❖ 47,62% - 45 a 60 anos; ❖ 28,57% - 35 a 45 anos; ❖ 19,05% - 25 a 35 anos; ❖ 4,76% - acima de 60 anos

Cargo que exerce na UFRPE, de acordo com a Lei 11.091/2005	<ul style="list-style-type: none"> ❖ 80,95% - Nível D (Ensino Médio Completo); ❖ 19,05% - Nível E (Graduação, com o registro do conselho de classe correspondente ao cargo).
--	--

Fonte: elaborado pela autora- dados da pesquisa (2016)

A seguir, vamos demonstrar, por meio do gráfico 1, o tempo de serviço dos servidores públicos da Gerência de Contabilidade e Finanças na UFRPE:

Gráfico 1. Tempo de Serviço Público na UFRPE



Fonte: Elaborado pela autora- dados da pesquisa (2016).

Podemos verificar que 52,38% dos agentes públicos estão na instituição no período entre 01 a 10 anos de efetivos exercícios.

Outro contexto explorado nesse questionário foi sobre a modalidade de Educação a Distância, seu perfil no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e realização de Cursos em EAD sobre Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Obtivemos os seguintes resultados: 57,14% dos servidores já participaram de curso nessa modalidade de ensino; 50% dos cursos foram direcionados ao ambiente organizacional em que trabalham; 81% do público-alvo da pesquisa não realizaram cursos em EAD relacionados a essas alterações contábeis ocorridas a partir do exercício de 2015.

E 85,71% dos servidores realizaram os cursos na modalidade EAD fora da instituição de ensino. Um dos enfoques na presente pesquisa reside na importância do aperfeiçoamento dos profissionais do setor público, utilizando a EAD, no ambiente corporativo da organização, com finalidade de proporcionar e suprir as necessidades de capacitar os agentes públicos de acordo com demandas da instituição.

Assim, oferecer a capacitação para atender as demandas laborais e também a carga horária obrigatória de acordo com nível a qual pertence na lei 11.091/2005 (Plano de Carreira dos Técnicos administrativos vinculados a Ministério da Educação), em que a cada interstício de um ano e seis meses o servidor tem progressão por capacitação.

5.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados articula-se à continuação da aplicação do questionário referente às perguntas abertas e à avaliação do MDI aplicada no AVA e MDI com *Design Instrucional*.

5.2.1. Questionário

Vamos iniciar com o contexto explorado no questionário, tendo em vista as perguntas subjetivas, que no caso se concentraram em duas sobre: material didático impresso e experiência como aluno na modalidade de Educação a Distância, antes da produção do MDI, levando em consideração suas avaliações anteriores a essa pesquisa.

- *1ª Pergunta: Em relação ao material didático impresso disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem, como você avalia o contexto apresentado, tendo a finalidade como seu aprendizado?*

Vamos elencar as principais respostas coletadas dos servidores da GCF. Nesse item, são considerados os principais elementos que compõem material didático impresso na EAD.

B. O material impresso tem grande importância e apresentou bastante clareza no seu conteúdo o que facilitava aprendizagem.

C. O material do curso que fiz o mesmo. De um curso equivalente ao presencial, com o foco didático voltado pela autoaprendizagem, tornando o conteúdo programático de fácil assimilação e aprendizagem.

Para servidor B. destacamos que o conteúdo apresentado continha uma forma simples no seu contexto que *facilitava sua aprendizagem*. O segundo sujeito fez uma relação com MDI do ensino presencial, relatando que o contexto foi o mesmo, mas os dois mantiveram o *foco didático direcionado à autoaprendizagem*.

Na EAD, o material didático impresso tem como finalidade proporcionar aos seus alunos a aprendizagem utilizando uma linguagem de fácil compreensão.

F. O material foi adequado com muitos exercícios e uma abordagem bastante prática, isso facilitou no bom desempenho que obtive.

I. Material didático de boa qualidade contendo todo o conteúdo teórico essencial do aprendizado que será completado mediante os vídeos aulas, interação entre os alunos e esclarecimento das dúvidas com os tutores e professores.

Os servidores F e I relacionaram suas opiniões referente aos elementos essenciais na construção do MDI (*exercícios de aprendizagem*) e as ferramentas como *vídeoaulas* que auxiliam a aprendizagem entre outras que realizam a *interação dos sujeitos* que participam do processo ensino-aprendizagem na EAD.

P. O material didático do curso foi bem objetivo e muito claro, bem esclarecedor. O mesmo atendeu bem ao contexto do curso e sem contar que não foi necessária à sua impressão, ficando no arquivo do curso (biblioteca).

T. O material disponibilizado tem evoluído com o surgimento de novas tecnologias. A atual disponibilidade de TIC's (tecnologias de informação e comunicação) no ensino a distância pode influenciar diretamente, para que um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) possa ser uma poderosa ferramenta de ensino.

Os demais sujeitos relataram como essa mídia atendeu os objetivos do curso participaram, a evolução da construção do MDI com a inserção das

tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ambiente educacional, utilizando a internet como forma de acesso ao ensino.

Percebemos pela experiência nos cursos em EAD, o foco na aprendizagem dos sujeitos, como podemos destacar como palavras-chave: *clareza, autoaprendizagem e interação dos alunos, fácil assimilação do conteúdo*. São considerados itens fundamentais na construção de material didático impresso de qualidade.

- *2ª Pergunta: Quais as vantagens de um curso na modalidade EAD em relação ao ensino presencial?*

Seguindo a mesma metodologia, vamos enumerar as respostas dos agentes públicos com relação a modalidade EAD e ensino convencional.

B. Entre inúmeras vantagens, cito algumas; flexibilidade de locais e horários, o aluno pode escolher o melhor horário e onde estudar (em casa, biblioteca).

C. Tem seus reflexos na comodidade do aluno em poder fazer o seu horário de estudo. Na ampliação do ambiente de estudo, que pode se estender a qualquer lugar propício a prática do estudo. Oferta de oportunidade a uma gama enorme de pessoas que trabalham e que não pode se submeter ao processo regular o presencial.

H. Prende mais atenção e tem a vantagem de ver quantas vezes forem necessárias; escolher o melhor horário para assistir as aulas; e sem a vida é mais eficiente e menos cansativo, pois não há deslocamento e nem estresse com o trânsito.

I.A principal vantagem e a flexibilidade que o aluno dispõe, podendo trabalhar e estudar ao mesmo tempo; organizar o horário para acessar as aulas e fazer os exercícios e também tem a disposição de tutores e professores para tirar dúvidas.

R. A Flexibilidade de horários; a redução dos gastos com transporte e alimentação fora de casa; a possibilidade de adaptar o ritmo do curso à condição de cada estudante.

N. A flexibilidade de horário, a possibilidade de visualização dos vídeos e leitura do material quantas vezes quiser, a possibilidade de trocar informações com pessoas de vários lugares distintos através do ambiente virtual em grupo.

As respostas dos respectivos sujeitos relatam como principal vantagem a flexibilidade de horário em relação ao ensino presencial, pois podem acessar o curso de forma mais flexível e diferentes lugares, não se restringindo à sala de aula e atendendo às demandas da população para ampliação do ensino em diferentes níveis.

Os sujeitos destacaram o acesso às mídias, como MDI, de forma ilimitada e suporte de vídeo aulas que dinamizam o processo ensino-aprendizagem e a interação dos sujeitos em lugares distintos utilizando as ferramentas disponível no ambiente de aprendizagem (AVA).

T. Acesso à educação mais flexível, gerenciar com mais autonomia, seus horários e locais de estudo, conforme nossas necessidades; Custos reduzidos; pedagogia inovadora; Materiais didáticos inclusos; Autonomia dos alunos; Acesso ao ambiente virtual a qualquer tempo e lugar; Interatividade entre alunos, professores e tutores.

A resposta especificamente do servidor **T.** resume de forma sucinta as particularidades da inserção do EAD em relação ao ensino presencial. Moore e Kearsley (2013) citam esses itens como vantagens dessa modalidade.

Segundo os servidores pesquisados, as principais vantagens da EAD são: *a flexibilidade de horário e de estudo; acessar o ambiente de aprendizagem em horários distintos, trocar de informações de pessoas em lugares distintos.*

Esse procedimento foi desenvolvido para conhecer a familiaridade dos servidores na inclusão dessa nova modalidade educacional e sua avaliação do material didático disponibilizado para eles com experiências anteriores.

Podemos salientar que 28,57% dos agentes públicos não tinham experiência na EAD, assim não temos como transmitir suas opiniões e demonstrar as vantagens dessa modalidade.

A seguir, vamos analisar as respostas dos participantes em relação ao roteiro de avaliação do material didático impresso.

5.2.2. Roteiro de Avaliação do Material Didático Impresso

Vamos expor os dados coletados por meio da aplicação do roteiro de avaliação, com vistas à análise das concepções dos servidores sobre o

material didático impresso produzido para o Curso de Extensão de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

Esse roteiro de avaliação do MDI foi elaborado contendo 4 questões. Suas respostas foram obtidas após o curso disponibilizado no AVA e no *Google Drive*. Só obtivemos respostas de 10 servidores.

- *1ª Pergunta: Foi seu primeiro curso na modalidade de Educação a Distância? Como você avalia o curso disponibilizado nesse ambiente virtual de aprendizagem?*

Nesse primeiro questionamento, exploramos a avaliação do curso ofertado no AVA usando o Moodle, da UFRPE, sobre o curso de extensão intitulado de “*Contabilidade Aplicado ao Setor Público*”, destinado aos servidores efetivos que atuam com SIAFI. O curso foi realizado conforme as particularidades EAD, tendo em vista sua formatação e seus recursos educacionais e instrucionais. A seguir destacaremos as respostas:

B. Sim. O curso é bastante interessante, numa linguagem acessível, que pode ser realizado por estudante que não são da área de contábeis.

C. Sim. Para o pouco tempo que nós disponibilizamos atualmente, os cursos disponibilizados a distância, tornam-se um grande aliado para que possamos nos especializar.

E. Não, já realizei outros cursos a distância. Acho perfeito um curso em EAD, pois economizamos tempo gasto com deslocamento, além de termos a flexibilidade de assistir no horário que for conveniente.

F. Sim. Gostei muito do curso, a divisão por módulos, a inserção de figuras e tabelas, também a constante citação de leis e fontes bibliográficas tornaram o estudo estimulante e com bom embasamento teórico.

G. Sim. Bem apresentado de fácil entendimento dando condições ao aluno um aprendizado rápido.

I. O curso foi bom, gostei do conteúdo foi bastante didático.

Evidenciamos pelas opiniões expostas que a maioria teve a primeira experiência na EAD, por meio desse curso de extensão. O segundo momento foi referente à avaliação do curso oferecido no Ambiente Virtual de

Aprendizagem (AVA) da UAEADTec/UFRPE. Este curso foi formatado com linguagem acessível aos sujeitos da área contábil, com foco didático, com finalidade de fácil aprendizado com embasamento teórico necessário ao tema, utilizando os recursos como tabelas, figuras proporcionando fácil aprendizagem.

Assim, tivemos o retorno positivo de quem participou do ambiente de aprendizagem, como podemos destacar alguns trechos: *a linguagem acessível na introdução do curso; flexibilidade de horário; a divisão dos módulos e a inserção de figuras e tabelas, citação de leis e fontes bibliográficas e o conteúdo didático.*

- *2ª Pergunta: A linguagem utilizada nesse MDI proporcionou um estudo de fácil compreensão e aprendizagem?*
 - A.** Sim. As ilustrações proporcionaram uma compreensão mais satisfatória.
 - D.** Com certeza, ótimo material, uma linguagem acessível e de fácil entendimento.
 - E.** Sim. Uma linguagem bem acessível e disponibilizada de maneira interativa com o leitor.
 - F.** Sim. Principalmente por ser elaborado baseado nos manuais e normas da contabilidade aplicada ao setor público.
 - G.** Achei a linguagem de fácil entendimento e com boa interação com quem está cursando, até mesmo para quem está tendo um primeiro contato com a matéria o assunto abordado ficou de fácil compreensão.
 - I.** Os principais conceitos foram apresentados de forma didática, o que proporcionou uma aprendizagem rápida.

Agora, começamos a fazer referência ao material didático elaborado e produzido para esse ambiente, como forma de avaliar a linguagem demonstrada no contexto do MDI de área técnica, como no caso é área contábil e financeira.

Como podemos identificar nesses trechos: *uma linguagem de fácil compreensão; interação com leitor; ilustrações; forma didática proporcionando uma aprendizagem rápida.*

Para alguns autores, como Preti (2010) e Franco (2007), essas características refletem os elementos essenciais na construção do MDI de qualidade, como a interatividade, linguagem de fácil compreensão, conteúdo didático, inclusão de ilustrações no livro-texto.

- *3ª Pergunta: Na sua concepção, a elaboração do MDI interfere diretamente na aprendizagem do aluno no curso na modalidade a distância?*

E. Não interfere, contribui diretamente na aprendizagem.

F. Sim. Porque servir de meio de consulta e orientação das normas vigente conforme os padrões atuais.

G. Sim. A elaboração do MDI melhora o entendimento e aprendizagem do aluno.

H. Não diretamente, mas o aluno absorve alguns tópicos na sua aprendizagem.

J. Sem dúvida, visto que a ferramenta fica disponível para consulta a qualquer tempo.

Nesse momento, queríamos saber da importância do MDI, na concepção dos sujeitos sobre a sua aprendizagem na EAD. Podemos citar através da maioria das respostas que esse recurso contribui para aprendizagem, salientando que a modalidade educacional a distância se fundamenta na autonomia do aprendiz.

Para Preti (2010), essa modalidade educacional se fundamenta nas ações dos discentes na construção do conhecimento, e que a produção do material didático impresso para determinado público-alvo seja de forma interativa, proporcionando o ensino/aprendizagem.

- *4ª Pergunta: Em relação à capacitação dos servidores, você acha favorável disponibilização de ambientes virtuais de aprendizagem no seu ambiente corporativo, com finalidade de aumentar a qualificação dos agentes públicos?*

Para finalizar a avaliação do MDI, fizemos a pergunta sobre a disponibilização da AVA em ambientes corporativos, com finalidade de capacitação dos servidores. As principais respostas são:

B. Sim. Seria bem interessante, pois, nem sempre é possível para o servidor se afastar das suas atribuições no trabalho para se qualificar.

D. É uma ótima alternativa para qualificação profissional de forma flexível, sendo os cursos realizados a distância uma ótima solução para a capacitação dos servidores *públicos*, com o objetivo de melhorar a gestão e prestação de melhores serviços a sociedade.

F. Sim. Pois em qualquer ambiente corporativo tanto público como privado a capacitação dos profissionais representa o aumento de conhecimento, adequação as normas atuais possibilitando o alcançar melhores resultados.

Podemos identificar o posicionamento favorável a estimular a qualificação dos servidores no seu ambiente de trabalho, pois os sujeitos relatam que trazem como melhoria do conhecimento do capital intelectual humano pelas organizações utilizando a modalidade EAD, que oferecem cursos com horários flexíveis não afetando sua carga horária laboral.

G. Sim. Considero a implantação de ambientes virtuais de aprendizagem uma ferramenta eficaz, objetiva e de baixo custo. Com a utilização de ambientes virtuais o servidor poderá escolher o melhor horário para aprendizagem sem precisar se deslocar de seu ambiente de trabalho para realizar cursos, aumentando assim sua qualificação com cursos interativos e dinâmicos.

H. Sim. Porque são mais recursos de estudo, pesquisa e dinâmica de aprendizagem para ajudar na qualificação de servidores e agentes públicos.

I. Acredito que o governo nas esferas federal, estadual e municipal deveriam investir em capacitação dos servidores como uma forma de melhorar a prestação de serviços públicos ofertados à população.

Para os demais, a utilização da EAD tem como características: *cursos interativos e dinâmicos de aprendizagem*, com custos reduzidos, oferecendo, assim, à sociedade o serviço público de qualidade com aperfeiçoamento dos servidores.

Para Eboli (2014) e Seleme e Munhoz (2011), destacam a prática da educação corporativa no desenvolvimento dos indivíduos através da qualificação no meio organizacional, associados a tecnologias de informação e

comunicação (TIC), com isso promover aprimoramento de forma contínua no órgão.

A capacitação dos agentes públicos, apoiada pelas práticas da educação corporativa em EAD, está sendo utilizada pelas inúmeras organizações, com finalidade de aperfeiçoamento técnico associada com demandas institucionais.

5.2.3. Roteiro de Avaliação do Material Didático Impresso com a inclusão do Design Instrucional

Na última fase da pesquisa, o material didático impresso foi submetido ao processo diagramação e elaboração de imagens, pertinentes a temática. Posteriormente, encaminhamos o roteiro de avaliação referente ao *Design Instrucional do MDI*, através do Google drive, para os 10 servidores que participaram do curso no AVA, só obtemos respostas de 8 participantes.

Foram elencadas duas perguntas referentes à disposição do *Design Instrucional* no contexto do Módulo I e II do Curso de Extensão de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

- 1ª Pergunta: Em relação ao que foi apresentado no Curso de Extensão de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o material didático impresso apresentou forma mais dinâmica e interativa, após inserção do design instrucional (imagens) no decorrer do texto?

Esse primeiro questionamento aos participantes condiz com novo formato do MDI após a diagramação do mesmo, com inserção de ilustrações pertinentes ao assunto e outros recursos instrucionais no decorrer dos módulos. Vamos destacar as principais respostas:

B. Sim. A inserção do design instrucional facilitou a compreensão do texto, tornando a leitura mais agradável.

C. Sim, pois o acréscimo no texto do design instrucional (imagens) contribuiu para apresentar o conteúdo do material na forma ilustrativa fornecendo informações e conhecimentos mediante exposições de imagens relacionadas ao material didático.

D. Sim, ficou mais fácil fazer associações com aquilo que estava sendo estudado e a realidade das instituições governamentais.

H. Sim, pois se tornou mais interessante chamando a atenção para determinados tópicos onde haviam o design instrucional.

Segundo os servidores, o MDI disponibilizado com o *design instrucional* vem para acrescentar no processo de ensino-aprendizagem, que associa imagens com contexto a ser estudado, tornando uma leitura mais atraente e compreensível.

- 2ª Pergunta: Na produção de material didático impresso, incluímos o *design instrucional* no seu contexto. Como você avalia esse material na perspectiva de facilitar aprendizagem do aluno na modalidade de Educação a Distância no ambiente corporativo?

O segundo questionamento refere-se ao MDI na construção do conhecimento na EAD, em ambientes organizacionais. A seguir vamos enumerar algumas respostas:

B. Avalio de forma positiva. O material impresso facilita a questão do manuseio, você pode consultá-lo sem precisar de computador, onde quer que esteja. O design instrucional no contexto estabeleceu diálogo e harmonia ente à área tecnológica e a área pedagógica.

E. Achei o material bem elaborado e didático, o que facilitou bastante a aprendizagem e uma melhor absorção do conteúdo pelo público-alvo.

F. Ao estabelecer uma correlação das imagens com os registros e definições, permite ao aluno facilidade e descomplicação no entendimento do estudo.

G. O material ficou com boa aparência, com uma visão abrangente e atualizada, contemplando os diversos aspectos da tecnologia educacional.

Identificamos através das concepções dos participantes acima, que o livro-texto apresentou no seu conteúdo uma forma dialógica de se relacionar com público – alvo; a importância do mesmo na construção do conhecimento, com a inclusão dos recursos instrucionais.

H. No ambiente corporativo o tempo é um fator determinante para aqueles que optam por estudar na modalidade em educação à distância, o que requer organização além de disciplina. O material utilizado deve ser interessante, dinâmico, para que o aluno siga em frente nos estudos, portanto o design instrucional ajuda nesses quesitos dando mais leveza no material de estudo tornando-o mais atraente.

Para Piconez e Filantro (2004), destaca a importância didática do design instrucional do material didático para público-alvo, através da disposição dos recursos instrucionais como suas imagens, ilustrações e sua diagramação.

Podemos destacar avaliação do servidor **H** demonstrou que o MDI na EAD deve ser produzido com algumas particularidades para motivar o discente a prosseguir nos estudos, a relevância do *design instrucional* no decorrer do texto e a utilização da EAD, nos ambientes corporativos.

Na próxima seção, vamos descrever as etapas da construção do MDI e sua disponibilização no AVA.

6. ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO IMPRESSO PARA EAD CORPORATIVA

Neste capítulo, vamos relatar como foi elaborado o material didático impresso (MDI) para Educação a Distância Corporativa, descrevendo as etapas, tais como: o planejamento do curso, a metodologia adotada, curso no AVA disponibilizado através da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) /UFRPE.

O produto desta pesquisa de mestrado configurou-se na elaboração e produção do Material Didático Impresso (MDI), destinado à área contábil e financeira, especificamente para aperfeiçoamentos técnicos dos servidores da UFRPE.

No contexto desse estudo, explicamos a importância da produção do MDI com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Vamos evidenciar, neste capítulo, como foi construindo esse recurso.

Para elaborar o material didático impresso, realizamos o planejamento didático do curso de extensão de “*Contabilidade Aplicado ao Setor Público*”, com o detalhamento dos seguintes aspectos: carga horária; público-alvo; ementa; objetivos gerais e específicos; avaliação; metodologia; referências.

A seguir demonstraremos, na tabela a seguir, o modelo utilizado nesse curso, como as respectivas informações:

Tabela 5. Plano Pedagógico do Curso

Título: Curso de Extensão de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
Público – Alvo: servidores públicos que atuam na área contábil e financeira
Carga horária: 20h
Ementa: Conceituação da contabilidade pública, Novo Plano de Contas da União e Sistema Integrado da Administração Financeira.
Objetivos: Geral: <ul style="list-style-type: none"> • Conceituar o Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público da Secretária do Tesouro Nacional (STN); Específicos: <ul style="list-style-type: none"> • Identificar o campo de aplicação e objeto da contabilidade aplicado ao setor público; • Levantar os principais registros contábeis realizados no SIAFI e a

legislação pertinente a implantação do Novo PCASP.
<p>Conteúdo Programático: Módulo I – Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Carga horária: 10h:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos; • Campo de Aplicação, seu objeto; • Regime Contábil; • Campo de Aplicação <p>Módulo II – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Sistema Integrado da Administração Financeira Carga horária:10h</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos sobre a implantação do PCASP; • Sistema Integrado da Administração Financeira -SIAFI; • Macro funções do SIAFI
<p>Metodologia:</p> <p>O material didático vai disponibilizado de forma on-line, utilizando o método do EMEREC⁴ na construção do material didático impresso que condiz que aluno seja emissor e receptor das mensagens contidas no MDI.</p> <p>O curso vai disponibilizado on-line, sem encontros presenciais e a construção do MDI segue a modalidade de educação a distância, ou seja, linguagem simples e clara, que busca uma proximidade do professor com o aluno.</p>
<p>Referências:</p> <p>APARICI, Roberto; Acedo, Sara Osuna. Aprendizagem colaborativa e ensino virtual: uma experiência no dia-a-dia de universidade à distância. Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED, Espanha) (2010). Educação a Educação Online: cenário, formação e questões didático-metodológicos / Marco Silva, Lucila Pesce e Antônio Zuin (orgs) – Rio de Janeiro: Wak Ed., p. 137-146.</p> <p>BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, STN/SOF 5ª edição. Brasília, DF.</p> <p>_____. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, STN/SOF 6ª edição. Brasília, DF.</p>

⁴ O termo EMEREC está fundamentado no modelo de comunicação desenvolvido pelo canadense Jean Cloutier, condiz que o aluno no processo de ensino/aprendizagem seja receptor e emissor de mensagem em função do seu ser, dessa forma, desenvolve-se plenamente como um comunicador autônomo (APARICI, ACEDO, 2010, p.144).

BEZERRA Filho, João Eudes. **Contabilidade Pública: Teoria, Técnica de elaboração de balanços e questões**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Abordagem simples e objetiva**. São Paulo. Atlas, 2014.

HADDAD, Rosaura Conceição; Mota, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública**. Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 1ª edição – Brasília. 2009.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistema de aprendizagem on-line**. 3ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PRETI, Oreste. **Educação à distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

Complementares:

BRASIL. **Lei nº 4.320/64** – Estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, 1988.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Com essas informações, foi produzido o MDI, com uma equipe multidisciplinar, só utilizando a categoria de autor- revisor. Na produção, temos que levar em consideração alguns elementos essenciais no seu contexto: utilizar uma linguagem de fácil compreensão, dialógica e de interatividade com discente, já conhecendo o perfil do público a ser atingido. É o que já consta no planejamento didático do curso.

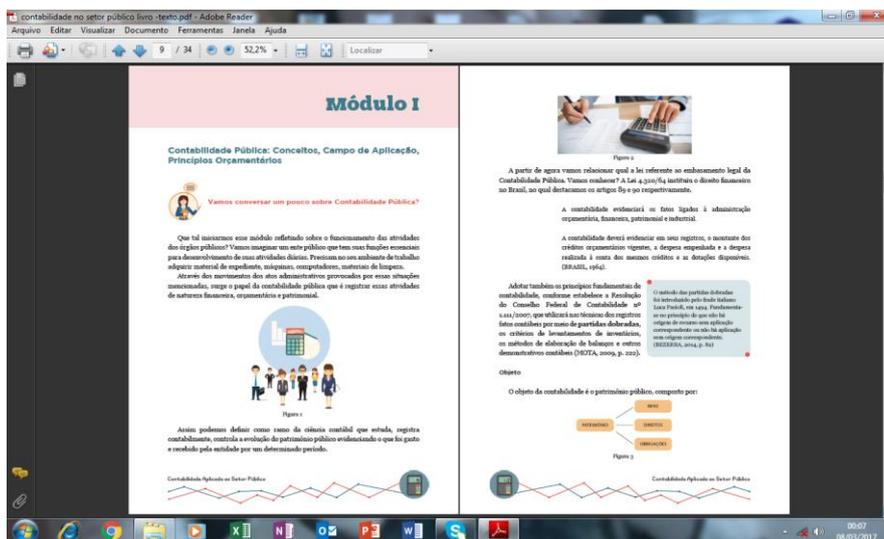
Em termos estruturais, o material didático elaborado para o curso priorizou as seguintes seções: sumário, apresentação, os módulos e as suas respectivas seções, resumo, referências, informações sobre o autor.

Os seus recursos instrucionais foram distribuídos em figuras, tabelas, caixas de destaques, hiperlinks, saiba mais (complementa as informações do livro texto) e resumos dos módulos.

O material didático impresso produzido foi desenvolvido em dois módulos. A temática explorada foi referente a contabilidade aplicada ao setor

público e a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, sendo que esse recurso educacional passou por duas etapas no qual destacamos o processo de diagramação e ilustração por profissionais como designer gráfico, após aplicação do MDI para participantes. Segue por meio da figura 7, apresentando o módulo I.

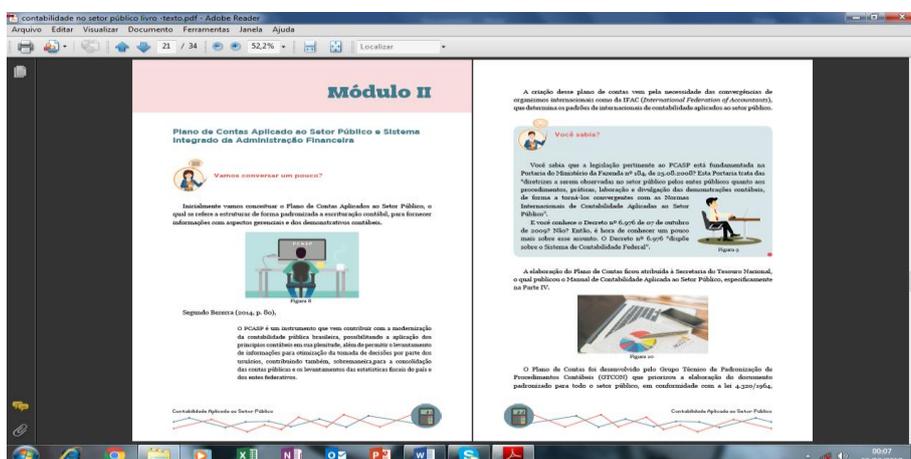
Figura 8. MDI – Módulo I



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O material didático do módulo I foi desmembrado em cinco seções, nas quais relacionamos os conceitos de Contabilidade Pública, seu objeto, campo de aplicação, regime contábil, princípios orçamentários. As leis pertinentes ao assunto também disponibilizamos alguns sites de sugestão aos participantes para aprofundamento do tema. A seguir, vamos demonstrar por meio da figura 8, o módulo II.

Figura 9. Introdução do Módulo II



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O material do módulo II contém duas seções: sobre o conceito de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, destacando qual o órgão responsável pela sua elaboração, como foi produzido, relacionado às classes contábeis pertinentes a essa nova estrutura e sobre o Sistema Integrado da Administração Financeira, relatando o perfil dos seus usuários, principais tipos de lançamentos contábeis e macrofunções da Secretaria tesouro Nacional (STN).

A linguagem utilizada no MDI foi de acordo com as características da modalidade de Educação a Distância, ou seja, buscar a interatividade com os sujeitos do processo de ensino/ aprendizagem. Podemos citar como exemplo esse trecho do livro- texto “Que tal iniciarmos esse módulo refletindo sobre o funcionamento das atividades dos órgãos públicos? Vamos imaginar um ente público que tem suas funções essenciais para desenvolvimento de suas atividades diárias” (IDEIÃO,2016,p.103). Identificamos o diálogo do professor autor com os alunos na introdução do tema a ser estudado.

Para aplicação desse material foi disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), da UFRPE, no período referente ao mês de agosto de 2016, o Curso de Extensão de “*Contabilidade Aplicado ao Setor Público*”. Foram encaminhados por e-mail dos participantes o link: <http://www.par2.ead.ufrpe.br/course/view.php?id=2533> para tê-la acesso ao curso.

A partir de agora, vamos demonstrar como foi formatado o curso no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Figura 10. Interface da abertura do Curso de Extensão Contabilidade Aplicado ao Setor Público

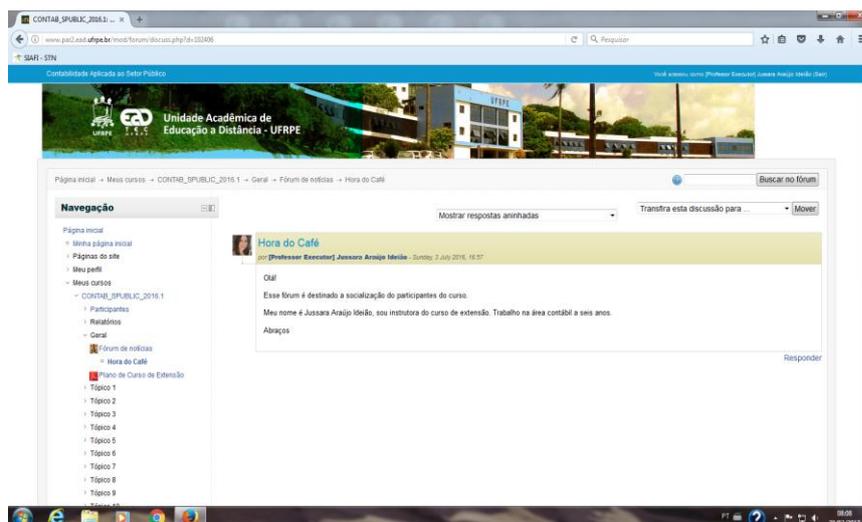


Fonte: Moodle/UAEADTec/UFRPE 2016

Na tela inicial do curso, foram expostas as informações iniciais, a divisão dos módulos e sua carga horária. Também foram disponibilizados o planejamento didático do curso e a inclusão de fórum de socialização com os integrantes do curso. A pesquisadora foi alocada como mediadora formadora e demais sujeitos participantes foram cadastrados no perfil de discentes. O perfil de mediadora da sala de aula virtual propiciou à pesquisadora a edição de recursos do ambiente virtual Moodle, tais como inserção de materiais, fóruns temáticos, vídeos e outros recursos/materiais.

A seguir, vamos demonstrar através da figura 10, o fórum de integralização dos participantes.

Figura 11. Hora do café



Fonte: Moodle/ UAEADTec/UFRPE 2016

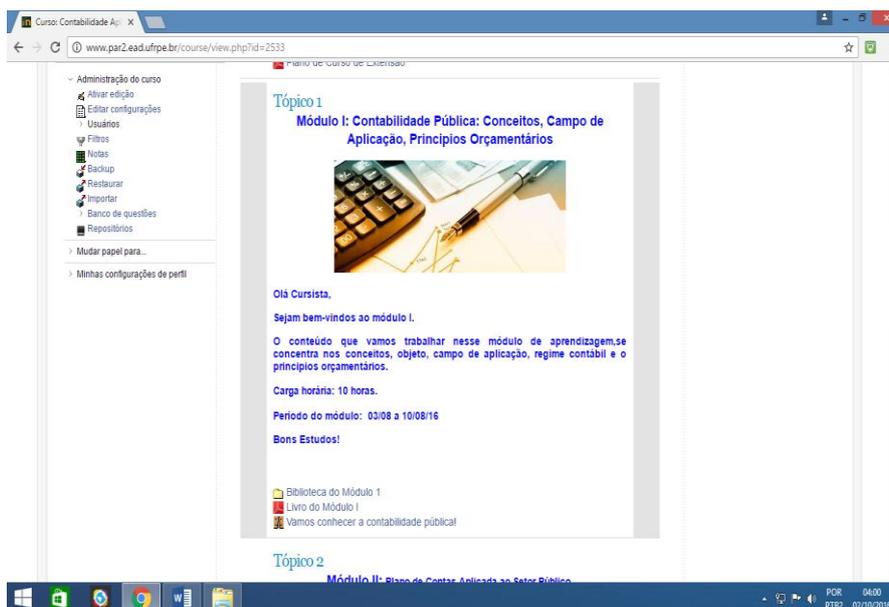
Esse fórum foi criado para proporcionar aos participantes a integralização ao curso e para conhecer o perfil profissional. Mas não houve respostas em relação esse fórum intitulado de “Hora do Café”.

Segundo Silva (2009, p.6), no AVA, acontecem interações com os sujeitos da EAD, quando utilizam:

As ferramentas tecnológicas para elaborar e socializar suas produções. Desse modo, a construção da aprendizagem revela-se colaborativa e cooperativa, na medida em que os sujeitos produzem, reavaliam, socializam, constroem e reconstroem os diversos caminhos que levam à significação e à ressignificação do conhecimento.

A segunda tela refere-se ao *1º Módulo - Contabilidade Pública: Conceitos, Campo de Aplicação, Princípios Orçamentários*:

Figura 12. Módulo I



Fonte: Moodle/ UAEADTec/UFRPE 2016

Inicialmente foi realizada uma síntese sobre o conteúdo do módulo, carga horária e período. Observamos que foi incluído o MDI, bem como um fórum com finalidade de trocar de informações de forma assíncrona sobre os entendimentos sobre a disciplina e a biblioteca que contém Norma Brasileira de Contabilidade.

A terceira tela contém o último módulo desse curso de extensão que tem como temática o: **Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.**

Figura 13. Módulo II

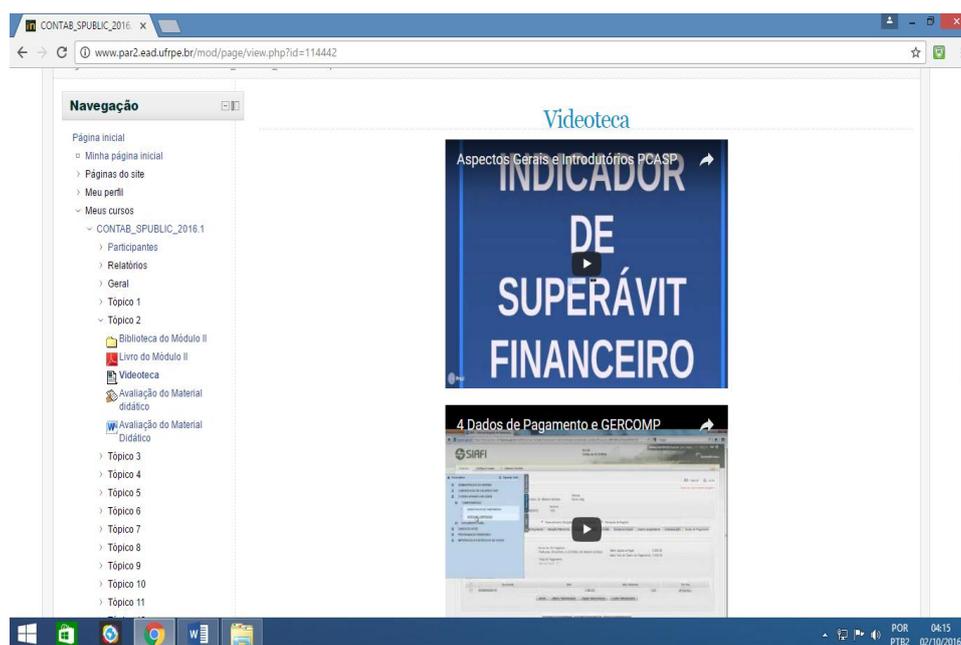


Fonte: Moodle/ UAEADTec/UFRPE 2016

Como não poderia ser diferente do módulo I, foi apresentada a organização do segundo módulo, com informações sobre o conteúdo programático do seu MDI, a biblioteca, contendo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 6^o edição e livros de princípios e normas contábeis.

A seguir, vamos demonstrar a ferramenta de aprendizagem disponibilizada no módulo II – Vídeoaulas.

Figura 14. Videoteca



Fonte: Moodle/ UAEADTec/UFRPE 2016

Na videoteca foram inseridos vídeos relacionados às temáticas abordadas, visando apoiar aprendizagem do discente. Dessa forma incluímos três referentes aos aspectos do Plano de Contas Aplicados ao Setor Público-PCASP e um passo a passo de uma liquidação e dados de pagamento.

Para finalizar o curso, disponibilizamos um roteiro de avaliação para verificar alguns aspectos referentes à linguagem do MDI e do curso proposto. Dessa forma, apresentamos o produto, utilizando um ambiente virtual de aprendizagem.

Em relação à participação dos agentes públicos no AVA, representou aproximadamente 50% da amostra da pesquisa.

Após o término do curso, fizemos o *design instrucional* do material didático, tendo com enfoque a diagramação do mesmo, com inserção de imagens e ajuste dos textos, tornando uma leitura mais dialógica e interativa

com participantes. Quem são responsáveis por essa finalização é o designer gráfico e o ilustrador, que realizam essas modificações, atendendo a alguns aspectos importantes como direitos autorais das imagens, entre outros. Disponibilizamos esse novo formato através de e-mail acompanhado do roteiro de avaliação desse novo MDI.

Posteriormente, entregamos o material didático impresso para os servidores em formato de livro-texto, ressaltamos que esse recurso foi produzido exclusivamente para essa pesquisa.

A finalidade de elaborar e produzir esse material vem para enfatizar a importância de disponibilizar um recurso educacional de qualidade no ambiente corporativo para atender às necessidades institucionais que se concentram no incremento intelectual dos seus servidores para promover um melhor desempenho no meio profissional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa concentrou-se na utilização da modalidade educacional a distância nos ambientes corporativos, tendo como premissa a produção do material didático impresso, considerado uma mídia que está presente desde primeira geração da EAD até inclusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

Na EAD, o material didático impresso (MDI) representa um recurso que tem a função apoiar a aprendizagem do discente e motivar a construção da autonomia nos processos ensino/aprendizagem.

Nesse estudo, evidenciamos o início dessa modalidade educacional a distância internacionalmente e no Brasil e nos ambientes corporativos, sendo que esse vem suprir as necessidades da empresa/órgão. Também foram relacionados os conceitos sobre material didático impresso, sua elaboração e produção direcionadas a uma área técnica de profissionais.

A pesquisa foi norteada por objetivos específicos relacionados à temáticas acima citadas, envolvendo a importância da EAD em ambientes corporativos, de acordo com as concepções dos servidores após aplicação do MDI numa instituição de ensino superior, por meio de coleta de dados do questionário e de roteiros de avaliações.

Assim, percebemos pelos resultados o grau de conhecimento dos servidores sobre a EAD antes da pesquisa e depois da aplicação do material didático impresso no AVA para capacitação dos mesmos, destacamos que mais de 28% dos agentes públicos não tinham participando de cursos em EAD antes da pesquisa.

Após avaliação do material produzido para sua área de atividades cotidianas de trabalho, vimos o posicionamento favorável de propor cursos em ambientes corporativos com temas relacionados seu cargo/função utilizando a EAD disponibilizadas diretamente na sua instituição, trazendo algumas vantagens com a flexibilidade de horário de estudo, redução de custos, inclusão de novas tecnologias e o aperfeiçoamento técnico, considerado como primordial para melhor desempenho de suas atividades.

Outra temática explorada nesse estudo foi a linguagem utilizada na produção do MDI para os agentes públicos da área contábil e financeira.

Através das análises desse aspecto identificamos que o MDI disponibilizado proporcionou uma leitura de fácil compreensão e interação com atores do processo de ensino/aprendizagem, salientamos que o material foi feito de acordo com características pertinentes a modalidade EAD.

Aprimoramos o livro-texto, com a diagramação através da disposição das imagens, ilustrações, tornou uma leitura mais motivadora para servidores públicos facilitando aprendizagem.

Na produção do MDI, identificamos algumas dificuldades em contextualizar o assunto, pois conteúdo possuem termos técnico, para ser transmitindo para discente do curso de extensão Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma simples e dialógica, de acordo com a modalidade de educação a distância. No desenvolvimento da pesquisa, destacamos também, a falta de interação dos participantes do curso no fórum de socialização do grupo intitulado da “Hora do Café” e também relacionado ao assunto do módulo I.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco pode por meio da modalidade EAD proporcionar cursos aos seus servidores com a finalidade de aumentar seu conhecimento técnico no seu ambiente laboral e também relacionado a capacitação obrigatória de acordo com Lei 11.091/2005 (Plano de Carreira dos Técnicos administrativos vinculados a Ministério da Educação), por ter flexibilidade de horário de estudo e qualidade dos cursos, reduzir custos com deslocamentos.

Esse estudo vem para demonstrar a importância do desenvolvimento do MDI, na modalidade de Educação a Distância Corporativa para suprir as necessidades de qualificação dos servidores, alinhada com as perspectivas institucionais, que auxilia no processo de construção de conhecimento, nesse caso, para atividades profissionais de diversas áreas.

REFERÊNCIAS

ABED. Censo EAD. BR: *Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil* 2014. –Disponível em: http://www.abed.org.br/censoead2014/CensoEAD2014_portugues.pdf > Acesso: 08 de abril de 2016.

ABED. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**, 2006. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead/anuario2006.pdf>> Acesso: 10 de abril 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**.70ª edição. Presses Universitaires de France,1977.

BANDEIRA, Denise. **Materiais Didáticos**. Curitiba. PR: IESDE. 2009.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Emenda Constitucional**, nº 19, de 04 de junho de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm> Acesso: 14 de abril de 2016.

_____. **Decreto 3.364**. de 15 de fevereiro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3364.htm >. Acesso: em 06 de abril de 2016.

_____. **Decreto 4.451**. de 31 de outubro de 2002.. Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=04/11/2002>> Aesso em: 08 de abril de 2016.

_____. **Decreto n. 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5622.htm#art37>. Acesso em: 25 março de 2016.

_____. **Decreto n. 5.707**. de 23 de fevereiro de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm > Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

_____. **Decreto n. 5.800**, de 08 de junho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800. Acesso em: 25 março de 2016.

_____. ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Disponível <<http://redeescolas.enap.gov.br/>> Acesso: 18 de abril de 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 04 de março de 2016.

_____. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm > Acesso em: 04 de outubro de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Decreto 2.561**, de 27 de abril de 1998. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf> > Acesso em: 10 de março de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Decreto 2.561**, de 27 de abril de 1998. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf> > Acesso em: 10 de março de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria 301**, de 07 de abril de 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/port301.pdf>.> Acesso em: 25 de março de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria 4.361**, de 29 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port4361.pdf> >. Acesso em: 25 de março de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria 318**, de 02 de abril de dezembro de 2009. Disponível em: http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2009/Portarias/02.04.09/n318_02.04.09.pdf > Acesso em: 02 de abril de 2016.

_____. Ministério da Educação. Referenciais de Qualidade, agosto de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf> > Acesso em: 02 de abril de 2016.

_____. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: > <http://www.mdic.gov.br/legislacao/9-assuntos/categ-comercio-exterior/602-educacao-corporativa>> Acesso em 02 de março de 2016.

_____. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: <http://www.sugep.ufrpe.br/sobre> > Acesso em: 06 de outubro de 2016.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional UFRPE 2013- 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Downloads/4616_PDI-2013-2020-CONSU.pdf.txt%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Downloads/4616_PDI-2013-2020-CONSU.pdf.txt%20(1).pdf) > Acesso em: 06 de outubro de 2016.

CAVALCANTI, Marly (org). **Gestão estratégica de negócio: evolução, cenários, diagnóstico e ação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

COELHO, Cristiano farias; PACHECO, Laíssa Rodrigues Esposti. **O material didático impresso como facilitador na educação a distância**. Simpósio Internacional de Educação a Distância, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

DAL MOLIN, Beatriz Helena. **Mapa referencial para construção do material didático para o Programa E_TEC Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2008.

EBOLI, Marisa (org). **Educação Corporativa: muitos olhares**. São Paulo: Atlas, 2014.

EBOLI, Marisa. Breve Panorama da Educação Corporativa no Brasil: Apresentação de Resultados de Pesquisa. Artigo apresentado no XXIX EnANPAD - Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, realizado de 2005, *Brasília – DF*.

FRANCO, Marco Antônio Melo. **Elaboração de material impresso: conceitos e propostas**. Publicado por CORRÊA, Juliane (org). Educação a Distância: orientações metodológicas – Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 21-35.

FERNANDES, Waldir Algarte. O movimento de qualidade no Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2011.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese**. 1ª ed., 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IDEIÃO, Jussara Araújo. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância: UFRPE, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5º ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Lígia Silva; DIAS, Rosilâna Aparecida. **Educação a Distância: da legislação ao pedagógico**. 4ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MORAN, José. A educação a distância, mais focada em pesquisa e colaboração. Publicado em FIDALGO, Fernando (Org.). **Educação a Distância: Meios, Atores e Processos**. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013, p. 39-51.

MORAN, José. O que é educação a Distância. Disponível em: ><http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 26/02/2016.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistema de aprendizagem on-line**. 3ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: Uma Visão Integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MACHADO, Glaucio José Couri. **Educação e ciberespaço: estudos, propostas e desafios**. Aracaju: Virtus, 2010.

MASLOW, A.H. Introdução a psicologia do ser. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1966.

MATTAR, João; MAIA, Carmem. **ABC da EAD**. 1ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MULLER, Claudia Cristina. **EAD nas Organizações**. 1º ed. – Curitiba, PR: IESDE, 2012.

NONAKA and TAKEUCHI, H. **The Knowledge Creating Company**. New York: Oxford University Press, 1995.

PICONEZ, Stela Conceição Bertholo; FILANTRO, Andrea. Design Instrucional Contextualizado. Abril/2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/049-TC-B2.htm>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

PRETI, Oreste. **Produção de Material Didático Impresso: orientações técnicas e pedagógicas**. Cuiabá: UAB/ UFMT, 2010.

PRETI, Oreste. **Educação à distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. - 15 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

SANCHO, Juana M. Para Promover o debate sobre os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem Publicado em Silva, Marco; Pesce, Lucila; Zuin, Antônio (orgs). **Educação on-line: cenário formação e questões didático-metodológicas**. Rio de Janeiro: Walk Ed, 2010, p. 95- 106.

SELEME, Roberto Bohlen; MUNHOZ, Antônio Siemsen. **Criando universidades corporativas no ambiente virtual**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SILVA, Andreza Regina Lopes da; Silva, Daiana da. **Guia do professor conteudista**. Florianópolis: IFSC, 2015.

SILVA, Andreza Regina Lopes da. **Diretrizes de design instrucional para elaboração de material didático para EAD: uma abordagem centrada na construção do conhecimento**. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em engenharia e Gestão do Conhecimento – Florianópolis, SC, 2013.

SILVA, Andreza Regina Lopes da; SPANHOL, Fernando José. **Design Instrucional e Construção do Conhecimento na EAD**. Jundiaí. Paco Editorial. 2014.

SILVA, Ivanda Maria Martins. **Elaboração de Materiais Didáticos Impressos para Educação a Distância**. Eutonomia Revista Online de Literatura e Linguística, UFPE, v. 01, 2011, p.316-338.

SILVA, Robson Santos da. **Gestão de EAD – Educação a Distância na Era Digital**. 1ª edição. São Paulo: Novatec, 2013.

SOETL, Francisco Antônio. **O crescimento econômico da educação corporativa**. Publicado por LITTO, Frederic M; FORMIGA, Marcos (org.). Educação a Distância: o Estado da Arte. Vol. 1. 2009, Editora: Pearson Universitários, p. 248 – 254.

TESTONI, Elaine Alves. **A tessitura dialógica no processo de ensino-aprendizagem em curso a distância: constituição significativa na apreensão dos sentidos cognitivos**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Santo André, 2017.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everaldo Bessa. **Educação a Distância: rompendo fronteiras**. Editora RDS, 2010.

ZANETTI, Alexsandra. **Elaboração De Materiais Didáticos Para Educação A Distância**. Biblioteca Virtual do NEAD, Universidade de Juiz de Fora / MG, 2008.

APÊNDICE A – Instrumentos de Coleta de dados



Universidade Federal Rural de Pernambuco



**Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão
em Educação a Distância**

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Dados Pessoais:

1. Sexo:

- Masculino
 Feminino

2. Faixa de idade:

- até 25 anos
 25 a 35 anos
 35 a 45 anos
 45 a 60 anos
 mais de 60 anos

3. Grau de Escolaridade:

- Ensino médio completo
 Ensino médio incompleto
 Graduação Completa
 Graduação Incompleta
 Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) Completa
 Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) Incompleta
 Pós- Graduação Stricto Sensu (Mestrado)
 Pós- Graduação Stricto Sensu (Doutorado)

4. Qual classe que pertence no quadro funcional da instituição, de acordo com a Lei 11.091/2005:

- Nível C
 Nível D
 Nível E

5. Tempo de serviço Público na Instituição:

- 01 a 10 anos
 11 a 20 anos
 21 a 30 anos
 mais de 31 anos

Educação a Distância Aplicada à Contabilidade do Setor Público:

6. Qual seu perfil no Sistema Integrado da Administração Financeira (SIAFI):
- Área Financeira (execução)
 Área Contábil
7. Participou de algum curso na modalidade da educação à distância?
- Sim
 Não
8. Esse curso foi ofertado na instituição em que trabalha, com fim de capacitação de servidores?
- Sim
 Não
9. O curso o qual participou na modalidade EAD é destinado ao seu ambiente organizacional?
- Sim
 Não
10. Participou de algum curso de capacitação através da EAD após implantação do Novo Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público (PCASP)?
- Sim
 Não
11. Em relação ao material didático impresso disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem, como você avalia o contexto apresentado, tendo a finalidade o seu aprendizado?
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
12. Quais as vantagens de um curso na modalidade EAD em relação ao ensino presencial?
- _____
- _____

**Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância****Roteiro de Avaliação do Material Didático Impresso**

1. Foi seu primeiro curso na modalidade de Educação a Distância? Como você avalia o curso disponibilizado nesse ambiente virtual de aprendizagem?

2. A linguagem utilizada nesse MDI proporcionou um estudo de fácil compreensão e aprendizagem?

3. Na sua concepção, a elaboração do MDI interfere diretamente na aprendizagem do aluno no curso na modalidade a distância?

4. Em relação à capacitação dos servidores, você acha favorável disponibilização de ambientes virtuais de aprendizagem no seu ambiente corporativo, com finalidade de aumentar a qualificação dos agentes públicos?



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Mestrado Profissional em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

Roteiro de Avaliação
Design Instrucional do Material Didático Impresso

1. Em relação ao que foi apresentado no Curso de Extensão de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. O material didático impresso apresentou forma mais dinâmica e interativa, após inserção do design instrucional (imagens) no decorrer do texto.

2. Na produção de material didático impresso, incluímos o design instrucional no seu contexto. Como você avalia esse material na perspectiva de facilitar aprendizagem do aluno na modalidade de Educação a Distância no ambiente corporativo.

APÊNDICE B – Carta de Anuência da Pesquisa



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância



CARTA DE ANUÊNCIA DA PESQUISA

Venho solicitar, através desta, a colaboração para realização da pesquisa de mestrado intitulada “*Produção de Material Didático Impresso para EAD Corporativa*”, a partir da permissão de coleta de dados entre os servidores da Gerência de Contabilidade e Finanças desta instituição. Este projeto tem como objetivo analisar a importância do material didático para EAD Corporativa, considerando as concepções dos servidores que atuam na área contábil e financeira no âmbito desta instituição de ensino superior, tendo em vista as modificações do Novo Plano de Contas Aplicadas ao Setor Públicos implantados a partir de 2015.

A coleta será realizada através de: questionários com perguntas abertas e fechadas; roteiro de entrevista semiestruturada com os servidores.

Os referidos procedimentos só serão colocados em prática mediante a vontade e a autorização por escrito dos servidores. As entrevistas ocorrerão no horário normal de trabalho da instituição e o questionário disponibilizado através do Google Drive e de forma presencial. Os registros ficarão à disposição da pesquisadora e será sempre respeitado o caráter confidencial das informações registradas e o sigilo de identificação dos participantes.

A participação na pesquisa não acarretará nenhum custo, nem recompensa financeira aos colaboradores. Assumimos o compromisso de preservar o nome da instituição em possíveis publicações ou apresentações de trabalhos.

Comprometemo-nos também de encaminhar os resultados da pesquisa à instituição.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Agradeço antecipadamente,

Jussara Araújo Ideião

Eu, _____
 servidor (a) desta instituição de educação _____,
 na lotado na _____,
 participei na realização da
 pesquisa acima apresentada nesta instituição de ensino.

Recife, ____ de _____ de 2016.

 Assinatura do servidor

APÊNDICE C – Material Didático Impresso Produzido



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Jussara Araújo Ideião

2016. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Ideião, Jussara Araújo.
Contabilidade Aplicado ao Setor
Público/Jussara Araújo Ideião. 2016.
Mestrado Profissional Tecnologia e Gestão em
Educação a Distância. 2015.1

Sumário

MóduloI.....	103
MóduloII.....	115

Apresentação

Olá cursista,

Nesse módulo vamos estudar os conceitos sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor público, seu objeto, regime contábil adotado conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, campo de aplicação e os princípios orçamentários.

Bons estudos!



MÓDULO I

Contabilidade Pública: Conceitos, Campo de Aplicação, Princípios Orçamentários:



Vamos conversar um pouco sobre Contabilidade Pública?

Que tal iniciarmos esse módulo refletindo sobre o funcionamento das atividades dos órgãos públicos? Vamos imaginar um ente público que tem suas funções essenciais para desenvolvimento de suas atividades diárias. Precisam no seu ambiente de trabalho adquirir material de expediente, máquinas, computadores, materiais de limpeza.

Através dos movimentos dos atos administrativos provocados por essas situações mencionadas, surge o papel da contabilidade pública que é registrar essas atividades de natureza financeira, orçamentária e patrimonial.

Assim podemos definir como ramo da ciência contábil que estuda, registra contabilmente, controla a evolução do patrimônio público evidenciando o que foi gasto e recebido pela entidade por um determinado período.



Figura 2

A partir de agora vamos relacionar qual a lei referente ao embasamento legal da Contabilidade Pública. Vamos conhecer? A Lei 4.320/64, instituiu o direito financeiro no Brasil, no qual destacamos os artigos 89 e 90 respectivamente.

A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

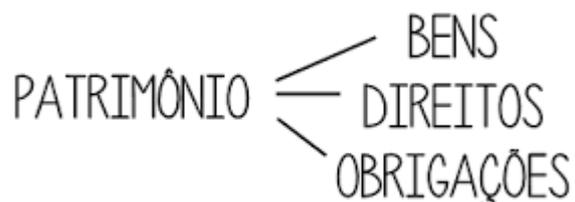
A contabilidade deverá evidenciar em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada à conta dos mesmos créditos e as dotações disponíveis.

Deverá também adotar os princípios fundamentais de contabilidade, conforme estabelece a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.111/2007, que utilizará as técnicas dos registros fatos contábeis por meio de partidas dobradas, os critérios de levantamentos de inventários, os métodos de elaboração de balanços e outros demonstrativos contábeis (Mota, 2009 p. 222).

O método das partidas dobradas foi introduzido pelo frade italiano Luca Pacioli, em 1494. Fundamenta-se no princípio de que não há origem de recurso sem aplicação correspondente ou não há aplicação sem origem correspondente. (BEZERRA, 2014, P. 82)

Objeto

O objeto da contabilidade é o patrimônio público, composto por:



Conforme a Resolução CFC nº 1.129/2008, entende-se como patrimônio público:

O conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Vamos citar como referência uma instituição de ensino para visualizar o que queremos conceituar como os elementos do patrimônio. Em relação aos bens podemos identificá-los como edifícios, automóveis, máquinas, equipamentos distribuídos na entidade.



Você sabia que os bens poder ser divididos em três tipos, de acordo com Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no seu artigo 99? Não? Então, que tal dar uma olhadinha na citação a seguir:

São bens públicos:

I - Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Salientamos que, os bens de uso comum do povo, não são feitos registros contábeis referentes a eles, pois é utilizado por parte da população segundo a resolução do CFC 1.137/2008.

Como direitos podemos destacar empréstimos a receber, fornecimentos a receber e as obrigações contas a pagar (Fornecedores) do ano e de exercícios anteriores.



Segundo Manual Aplicado ao Setor Público (2012, Parte IV, p. 23), conceitua:

Ativo: São recursos controlados pela Entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

Passivos: são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que

provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade (Resolução do CFC 1.132/2008).

Regime Contábil

Você sabia que existem dois tipos de regimes: patrimonial e o orçamentário. Na Lei 4.320/64 no seu art. 35 descreve que regime orçamentário é misto observando que: as receitas adotam o regime de caixa no momento da arrecadação onde ocorre o ingresso de recurso na entidade e a despesa que foram empenhadas no exercício.

Podemos visualizar através da tabela abaixo as etapas da receita e despesa.

Tabela 2 – Fases da Receita e Despesa

Receita	Despesa
Previsão	Fixação
Lançamento	Empenho
Arrecadação	Liquidação
Recolhimento	Pagamento

Fonte: João Eudes Filho (2008)

Você deve estar se perguntando o que significa em termos contábeis essas fases que envolvem a receita e despesa. Vamos discriminá-las de acordo com Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (6 ed., p.58 e 101) que define como:

Despesas:

Fixação: insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis e observando as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo.

Empenho: pode ser conceituado como sendo o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição.

Liquidação: todos os atos de verificação e conferência, desde a entrega do material ou a prestação do serviço

até o reconhecimento da despesa. Ao fazer a entrega do material ou a prestação do serviço, o credor deverá apresentar a nota fiscal, fatura ou conta correspondente, acompanhada da primeira via da nota de empenho, devendo o funcionário competente atestar o recebimento do material ou a prestação do serviço correspondente, no verso da nota fiscal, fatura ou conta.

Pagamento: consiste na entrega de numerário ao credor do Estado, extinguindo dessa forma o débito ou obrigação.

Receitas:

Lançamento: como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Arrecadação: Corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

Pagamento: É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

O acompanhamento da evolução do patrimônio é evidenciado através do orçamento público que descreve todos os recebimentos e gastos no ano.

Os recebimentos correspondem à receita orçamentária e os gastos como despesas orçamentárias são previstas e fixadas no orçamento público que constitui instrumento de planejamento.



Já no enfoque patrimonial a Contabilidade Pública adota regime de competência para reconhecimento da receita e despesa, assim obrigatoriamente vão ser registradas no momento dos seus fatos geradores independentemente do seu recebimento ou pagamento.

De acordo com a Resolução CFC 1.111/07,

Princípio da Competência é aquele que reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento, aplicando-se integralmente ao Setor Público. Os atos e fatos administrativos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados por competência, e os seus efeitos devem ser evidenciados nas Demonstrações Contábeis do exercício Financeiro com o qual se relacionam complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.

Campo de Aplicação

Os órgãos que utilizam a Contabilidade Aplicada ao Setor Público para os registros contabilização são pertencentes à administração direta e indireta.

Você pode estar se perguntando quem pertence à administração direta e indireta? Vamos explicar identificando os órgãos que compõem essas administrações.

A primeira descreve as entidades pertencentes aos poderes do executivo, legislativo e judiciário considerado o cenário nacional. Já segunda parte se refere às autarquias, fundações públicas e as empresas dependentes (que recebam despesas de custeio e investimentos específicos). Podemos visualizar melhor através da tabela abaixo:

Tabela 3 - Campo de Aplicação da Contabilidade	
Administração Direta	Administração Indireta
Poder Executivo	Autarquias
Poder Legislativo	Fundações Públicas
Poder Judiciário	Empresa Dependente- Empresa Pública

Fonte: João Eudes Filho (2008)

Continuando nesse contexto a Resolução do CFC nº 1.128/2008, conceitua as entidades que compõem o setor público:

Entidade do Setor Público: órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades. Equiparam-se para efeito contábil, as pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo, fiscal, ou creditício, de órgão público.

Com o propósito de se adequar as Normas Internacionais de Contabilidade, foram emitidas dez Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.1 a NBC T 16.10), que determina o seu campo de aplicação incluindo todas as entidades do setor público. Segundo a NBC T 16.1, alínea a e b relatando o tipo de entidades governamentais:

- (a) Integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; e
- (b) Parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social. (BRASIL, 2008).

Princípios Orçamentários

São destinados a estabelecer regras para que possamos obter uma eficiência e transparência na elaboração, execução e controle do orçamento público de todas as entidades do setor Público. (Manual de Contabilidade Pública, p. 6).

Na Lei 4.320/64 no seu art. 2^a – discrimina os fundamentos da transparência orçamentária: “A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anualidade”.

A referida lei contempla mais princípios orçamentários, destinados à execução da receita e despesa e alguns específicos de receita.



Vamos elencar esses princípios, conceituando conforme a lei.

- **Unidade:** Só pode existir um orçamento para cada ente federativo (Governo Federal, Estadual e Municipal);
- **Universalidade:** O orçamento deve agregar todas as receitas e despesas de toda a administração direta e indireta dos Poderes. A lei orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública que receba recursos orçamentários ou gere recursos federais pode ficar de fora do orçamento;
- **Anualidade/Periodicidade:** O orçamento é realizado por um período limitado. O período estabelece um limite de tempo para as estimativas de receita e fixação das despesas, ou seja, o orçamento deve ser realizado no exercício que corresponde ao próprio ano fiscal. Salientando que na Contabilidade Pública a execução de suas atividades coincidirá com ano civil, assim encerrará no dia 31 de dezembro (Art. 34 da lei 4.320/64);
- **Exclusividade:** só deve conter aspectos orçamentários, mas não se inclui nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e operação de crédito, ainda por antecipação de receita;
- **Especificação:** As despesas devem ser especificadas no orçamento, no mínimo por modalidade de aplicação, sendo vedadas autorizações globais no orçamento;
- **Publicidade:** os atos administrativos devem ser públicos, a sociedade tem acesso às informações sobre a execução

dos gastos públicos, garantia de transparência na sua gestão (art. 37 da Constituição Federal);

- **Equilíbrio:** Estabelece que o total da despesa orçamentária não possa ultrapassar o da receita orçamentária prevista para cada exercício financeiro;
- **Orçamento Bruto:** Todas as receitas e despesas constarão na Lei Orçamentária Anual pelos seus Totais, vedadas quaisquer deduções;
- **Clareza:** O orçamento público deve ser claro e compreensível para qualquer cidadão;
- **Unidade de caixa:** O recolhimento de todas as receitas deve observar esse princípio, sendo vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais. Isto significa que todo o valor arrecadado de receita deve ser recolhido a Conta Única do Tesouro, gerenciada pela Secretária do Tesouro Nacional (STN).



Saiba mais...

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
Disponível

em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf>

Princípios Fundamentais de Contabilidade: Disponível em:
<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp->



Vamos resumir?

Neste módulo, estudamos sobre conceito da contabilidade aplicada ao setor público que versa sobre o patrimônio das entidades pertencentes administração direta e indireta.

Vimos também seu campo de aplicação e os princípios orçamentários que norteiam a execução do orçamento público, identificando o que são despesas e receitas e seu regime contábil no enfoque patrimonial e orçamentário.

Os conhecimentos adquiridos neste módulo inicial sobre a legislação pertinente do setor público, destacando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a Lei 4.320/64. Para obter quais os elementos que compõe seu patrimônio e suas particularidades em quanto ao seu registro contábil.

Apresentação

Olá cursista,

O segundo módulo vamos destacar a padronização do Plano de Contas da União e sua aplicabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira, no setor financeiro e contábil.

Bons Estudos!



MÓDULO II

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Sistema Integrado da Administração Financeira



Vamos conversar um pouco?

Inicialmente vamos conceituar o Plano de Contas Aplicados ao Setor Público, o qual se refere a estruturar de forma padronizada a escrituração contábil, para fornecer informações com aspectos gerenciais e dos demonstrativos contábeis.



Segundo Bezerra (2014, p. 80),

O PCASP é um instrumento que vem contribuir com a modernização da contabilidade pública brasileira, possibilitando a aplicação dos princípios contábeis em sua plenitude, além de permitir o levantamento de informações para otimização da tomada de decisões por parte dos usuários, contribuindo também, sobremaneira, para a consolidação das contas públicas e os levantamentos das estatísticas fiscais do país e dos entes federativos.

A criação desse plano de contas vem pela necessidade das convergências de organismos internacionais como da IFAC (*International Federation of Accountants*), que determina os padrões de internacionais de contabilidade aplicados ao setor público.



Você sabia que a legislação pertinente ao PCASP está fundamentada na Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25.08.2008? Esta Portaria trata “sobre as diretrizes a serem observadas no setor público pelos entes públicos quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”.

E você conhece o Decreto nº 6.976 de 07 de outubro de 2009? Não? Então, é hora de conhecer um pouco mais sobre esse assunto. O Decreto nº 6.976 “dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal”.

A elaboração do Plano de Contas ficou atribuída à Secretaria do Tesouro Nacional, o qual publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente na Parte IV.

O Plano de Contas foi desenvolvido pelo Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON) que priorizou a elaboração do documento padronizado para todo o setor público, em conformidade com a lei 4.320/1964, que permita a consolidação das contas públicas conforme o art. 50 inciso 2º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP. Pag.5, Parte VIII).

O MCASP (Parte IV, 2012, p.11) determina como diretrizes do PCASP:

- Padronização dos registros contábeis das entidades do setor público de todas as esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes de todas as esferas de governo;
- Harmonização dos procedimentos contábeis com os princípios e normas de contabilidade, sempre observando a legislação vigente;
- Adoção de estrutura codificada e hierarquizada em classes de contas, contemplando as contas patrimoniais, de atos potenciais, de resultado e de planejamento e execução orçamentária além daquelas com funções precípua de controle;
- Flexibilidade para que os entes detalhem, conforme suas necessidades, os níveis inferiores das contas a partir do nível seguinte ao padronizado;
- Controle do patrimônio e dos atos de gestão que possam afetá-lo, assim como do orçamento público, demonstrando a situação econômico-financeira da entidade;
- Distinção de institutos com conceitos e regimes próprios em classes ou grupos, como no caso do patrimônio e orçamento, mantendo-se seus relacionamentos dentro de agrupamentos de mesma natureza da informação;
- Preservação dos aspectos orçamentários em seus conceitos, regime de escrituração e demonstrativos, com destaque em classes ou grupos de modo a possibilitar visões sob os enfoques patrimonial, orçamentário ou fiscal;
- Inexistência de necessária vinculação entre as classificações orçamentária e patrimonial;
- Possibilidade de extração de informações de modo a atender seus usuários.

Assim, esses itens sintetizam sobre o funcionamento do PCASP no cenário brasileiro, seu campo de aplicação, o registro contábil deve ser realizado no mesmo tipo de natureza (orçamentária, patrimonial e de controle) e fornecer informações aos usuários.

Vamos conhecer! Acesse o site da Secretaria do Tesouro Nacional, com o link: http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/download/Pcontas.pdf, relaciona todas as contas contábeis do PCASP.

A forma padronizada na qual se estabelece o PCASP vem da relação com a conta contábil. Mas você deve estar se perguntando o que significa esta terminologia? Vai evidenciar através da sua composição se refere aos bens, direitos e obrigações e situações que possam afetar o patrimônio de uma entidade.

Segundo MCASP (2012, Parte IV, p.7), as funções das contas contábeis são:

- Identificar, classificar, e efetuar a escrituração contábil, pelo método das partidas dobradas, dos atos e fatos de gestão, de maneira uniforme e sistematizada;
- Determinar os custos das operações do governo;
- Acompanhar e controlar a aprovação e a execução do planejamento e do orçamento, evidenciando a receita prevista, lançada, realizada e a realizar, bem como a despesa autorizada, empenhada, realizada, liquidada, paga e as dotações disponíveis;
- Elaborar os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, de Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Resultado Econômico;
- Conhecer a composição e situação do patrimônio analisado, por meio da evidenciação de todos os ativos e passivos;
- Analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros;
- Individualizar os devedores e credores, com a especificação necessária ao controle contábil do direito ou obrigação; e
- Controlar contabilmente os atos potenciais oriundos de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

O plano de contas se estrutura na teoria patrimonialista que se baseia no estudo da contabilidade do patrimônio, podendo apresentar uma situação estática e dinâmica e pela sua representação qualitativa e quantitativa, desdobrando as contas em patrimoniais se refere aos bens, direitos e obrigações e patrimônio líquido e das de resultado são as contas que alteram o patrimônio líquido e demonstram o resultado do exercício (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV, 2012, p.8).

Com essa nova estrutura no registro contábil as contas podem ser divididas em três tipos natureza:

- **Natureza Patrimonial:** identificamos os bens, direitos obrigações de curto e longo prazo e patrimônio líquido da instituição com variações qualitativa e quantitativa. Assim relacionado às classes 1, 2, 3,4 - do Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e Variações Patrimoniais Diminutivas e Aumentativas respectivamente;

- **Natureza Orçamentária:** os registros dos atos e fatos do planejamento e execução orçamentária. Correspondem as classes 5 e 6 – Controles da Aprovação, execução do Planejamento e Orçamento;
- **Natureza Típica de Controle:** representa o registro de contas que possam afetar o patrimônio como a execução da dívida ativa. Relaciona as classes 7 e 8 – Controles devedores e credores.

Podemos visualizar melhor através do quadro abaixo:

1. Ativo 1.1 Ativo Circulante 1.2 Ativo Não Circulante	2. Passivo 2.1 Passivo Circulante 2.2 Passivo Não Circulante
3. Variação Patrimonial Diminutiva 3.1 Pessoal e Encargos 3.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais ... 3.9 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4 Variação Patrimonial Aumentativa 4.9 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.10 Contribuições ... 4.9 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
Informações de Natureza Patrimonial	
5 Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento 5.1 Planejamento Aprovado 5.2 Orçamento Aprovado 5.3 Inscrições de Restos a Pagar	6 Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.1 Execução do Planejamento 6.2 Execução do Orçamento 6.3 Execução de Restos a Pagar
Informações de Natureza Orçamentária	
7 Controles Devedores 7.1 Atos Potenciais 7.2 Administração Financeira 7.3 Dívida Ativa	8 Controles Credores 8.1 Execução dos Atos Potenciais 8.2 Execução da Administração Financeira 8.3 Execução da Dívida Ativa
Informações de Natureza Típica de Controle	

Fonte: MCASP, Parte IV, p. 16

Os lançamentos contábeis devem ser realizados de acordo com método das partidas dobradas. No seu registro, devem ser envolvidas contas da mesma natureza, como mencionadas do quadro acima.



Sistema Integrado Administração Financeira – SIAFI

A aplicação de o novo PCASP está fundamentada no SIAFI e se estrutura em várias classes contábeis para fornecer informações por tipo de natureza: patrimonial, orçamentária e controle.

Toda execução contábil e financeira é realizada através do Sistema Integrado da Administração Financeira (SIAFI, Novo SIAFI) e para informações gerenciais da instituição temos SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial, os quais serão apresentados em forma de planilha, auxiliando relatórios gerenciais.

A Secretária do Tesouro Nacional desenvolveu com Serviço Federal de Processamento de Dados (SEPRO) – o SIAFI para poder informatizar os registros da execução orçamentária, da programação financeira e no aspecto de controle, inicialmente utilizado pelo Poder Executivo a partir de 1987.

Através dele podem ser feitos procedimentos contábeis relacionados à aquisição de bens, baixa de ativo imobilizado, despesas com materiais de consumo, bolsas de estudos, permanente, diárias, pessoal, obrigações.



E também valores empenhados por modalidade de licitação, liquidados e pagos no exercício corrente e relação de restos a pagar de exercícios

anteriores, despesas de exercícios anteriores, alteração de natureza despesa, créditos concedidos para outros órgãos e as demonstrações contábeis (orçamentária, financeira, patrimonial, demonstração de variações patrimoniais).

Alguns documentos são restritos a esta versão, como a regularização e consulta dos registros contábeis, concessão e devolução de créditos, alteração de natureza de despesa, nota de empenho, lista de credores, esta utilizada para pagamento de bolsas de estudo e folha de pagamento e relacionada à parte de consignações.

A partir de 2012, foi introduzido SIAFI versão *web*, nesse sistema encontraremos os módulos de contabilização, contas a pagar e a receber, envio de mensagem, programação financeira se é solicitação, remanejamento, transferência de recursos financeiros.



Seu registro depende de situações que devem conter correlação direta com tipo de conta contábil, por isso o importante conhecimento técnico nessa área.

Em 2015, as demonstrações contábeis estão disponibilizadas na nova versão do SIAFI web podem ser visualizadas por tipo de demonstrativo e restrições de balanço pelo mês.



No site da Secretaria do Tesouro Nacional disponibiliza através do macro funções do SIAFI os procedimentos a serem adotados nas mais diversas situações de registros contábeis utilizados na entidade.

Vamos destacar como principais o macro funções, de acordo com a figura abaixo:

Figura 1. Macro funções



Fonte: Elaborado pela autora

No setor financeiro é responsável pela execução orçamentária e financeira da entidade, na qual utilizam essencialmente nas suas atividades de empenhar, utilizar o CPR para liquidar e pagar - material de consumo, permanente, serviços, obras, diárias, ajuda de custo e a movimentação financeira da instituição.

Na área contábil é realizada a conformidade contábil, depreciação, análise das contas contábeis e sua regularização e acompanhamento dos restos a pagar.



Saiba Mais

Decreto nº 347, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/siafi/decreto347_91.pdf.
NORMA DE EXECUÇÃO Nº 01 DE 08 DE JANEIRO DE 2015. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/392868/norma_execucao_01_08jan2015.pdf.

Vamos resumir?

Neste módulo, estudamos como foi implantado o Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público atendendo as exigências dos organismos internacionais como IFAC e ficou atribuído a Secretária do Tesouro Nacional a elaboração do PCASP.

No segundo momento, destacamos o Sistema Integrado da Administração Financeira – o SIAFI, no qual realizamos o registro contábil de cada entidade público utilizado a codificação do PCASP e ressaltamos a importância do macro funções nas atividades do setor financeiro e contábil.

Referências:

APARICI, Roberto; Acedo, Sara Osuna. **Aprendizagem colaborativa e ensino virtual: uma experiência no dia-a-dia de universidade a distância.** Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED, Espanha), 2010. Educação a Educação Online: cenário, formação e questões didático-metodológicos / Marco Silva, Lucila Pesce e Antônio Zuin (orgs) – Rio de Janeiro: Wak Ed., p. 137-146.

BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, STN/SOF 5ª edição. Brasília, DF.

_____. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, STN/SOF 6ª edição. Brasília, DF.

BEZERRA Filho, João Eudes. **Contabilidade Pública: Teoria, Técnica de elaboração de balanços e questões.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Abordagem simples e objetiva.** São Paulo. Atlas, 2014.

HADDAD, Rosaura Conceição; Mota, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública.** Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 1ª edição – Brasília. 2009.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistema de aprendizagem on-line.** 3ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PRETI, Oreste. **Educação à distância: fundamentos e políticas.** Cuiabá: EdUFMT, 2009.

Complementares:

BRASIL. Lei nº 4.320/64 – Estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, 1988.

**Conhecendo a autora:**

Jussara Araújo Ideião

Mestranda em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, Pós-graduada em Gestão Pública (2012) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Contadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco desde 2010, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2008).

APÊNDICE D – Material Didático Impresso Produzido com Design Instrucional



CONTABILIDADE APLICADA AO **SETOR PÚBLICO**

Jussara Araújo Ideião

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

└┘

└┘

└┘

└┘

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Jussara Araújo Ideião

UFRPE, Recife, 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

I19c

Ideião, Jussara Araújo
Contabilidade aplicada ao setor público / Jussara Araújo
Ideião. - Recife, 2016.
33 p.: il.

Material didático impresso – produto da dissertação **Produção de material didático impresso para EAD corporativa.**
Inclui referências.

1. Contabilidade 2. Campo de aplicação 3. Contabilidade no Setor público I. Título

CDD 657

Sumário

Módulo I	9
Contabilidade Pública: Conceitos, Campo de Aplicação, Princípios Orçamentários.....	9
Objeto	10
Regime Contábil.....	12
Campo de Aplicação.....	15
Princípios Orçamentários	16
Módulo II	21
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Sistema Integrado da Administração Financeira.	21
Sistema Integrado Administração Financeira – SIAFI.....	27
Referências	31

┌

┐

└

┘

Apresentação

Olá cursista,

Seja bem-vindo ao **Curso de Extensão de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**, destinado aos profissionais da área contábil, com objetivo de qualificá-los.

Esse curso está organizado em dois módulos:

- 1) Contabilidade Pública: Conceitos, Campo de Aplicação, Princípios Orçamentários;
- 2) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Sistema Integrado da Administração Financeira.

Nesse primeiro módulo vamos estudar os conceitos sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, seu objeto, regime contábil adotado conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, campo de aplicação e os princípios orçamentários.

Pronto para esse desafio? Vamos lá?

Bons estudos!

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



┌

┐

└

┘

Módulo I

Contabilidade Pública: Conceitos, Campo de Aplicação, Princípios Orçamentários



Vamos conversar um pouco sobre Contabilidade Pública?

Que tal iniciarmos esse módulo refletindo sobre o funcionamento das atividades dos órgãos públicos? Vamos imaginar um ente público que tem suas funções essenciais para desenvolvimento de suas atividades diárias. Precisam no seu ambiente de trabalho adquirir material de expediente, máquinas, computadores, materiais de limpeza.

Através dos movimentos dos atos administrativos provocados por essas situações mencionadas, surge o papel da contabilidade pública que é registrar essas atividades de natureza financeira, orçamentária e patrimonial.



Figura 1

Assim podemos definir como ramo da ciência contábil que estuda, registra contabilmente, controla a evolução do patrimônio público evidenciando o que foi gasto e recebido pela entidade por um determinado período.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

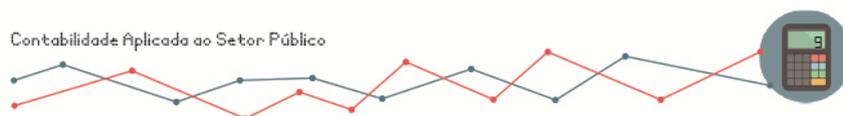




Figura 2

A partir de agora vamos relacionar qual a lei referente ao embasamento legal da Contabilidade Pública. Vamos conhecer? A Lei 4.320/64 instituiu o direito financeiro no Brasil, no qual destacamos os artigos 89 e 90 respectivamente.

A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

A contabilidade deverá evidenciar em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada à conta dos mesmos créditos e as dotações disponíveis. (BRASIL, 1964).

Adotar também os princípios fundamentais de contabilidade, conforme estabelece a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.111/2007, que utilizará nas técnicas dos registros fatos contábeis por meio de **partidas dobradas**, os critérios de levantamentos de inventários, os métodos de elaboração de balanços e outros demonstrativos contábeis (MOTA, 2009, p. 222).

O método das partidas dobradas foi introduzido pelo frade italiano Luca Pacioli, em 1494. Fundamenta-se no princípio de que não há origem de recurso sem aplicação correspondente ou não há aplicação sem origem correspondente. (BEZERRA, 2014, p. 82)

Objeto

O objeto da contabilidade é o patrimônio público, composto por:

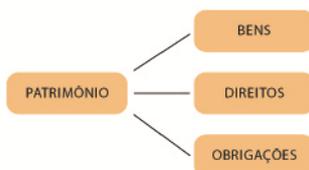


Figura 3



Conforme a Resolução CFC nº 1.129/2008, entende-se como patrimônio público:

O conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Vamos citar como referência uma instituição de ensino para visualizar o que queremos conceituar como os elementos do patrimônio. Em relação aos bens podemos identificá-los como edifícios, automóveis, máquinas, equipamentos distribuídos na entidade.



Figura 4

Você sabia que os bens podem ser divididos em três tipos, de acordo com Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, no seu artigo 99? Não? Então, que tal dar uma olhadinha na citação a seguir:

I – Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado. (BRASIL, 2002).

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Salientamos que os bens de uso comum do povo, não são feitos registros contábeis referentes a eles, pois é utilizado por parte da população segundo a resolução do CFC 1.137/2008.

Como direitos, podemos destacar empréstimos a receber, fornecimentos a receber e as obrigações contas a pagar (Fornecedores) do ano e de exercícios anteriores.



Figura 5

Vejamos como o Manual Aplicado ao Setor Público (2012, Parte IV, p. 23), conceitua:

Ativo: São recursos controlados pela Entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

Passivos: são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade (Resolução do CFC 1.132/2008).

Regime Contábil

Você sabia que existem dois tipos de regimes: patrimonial e o orçamentário? A Lei



4.320/64, no seu art. 35, descreve que regime orçamentário é misto observando que: as receitas adotam o regime de caixa no momento da arrecadação onde ocorre o ingresso de recurso na entidade e a despesa que foram empenhadas no exercício.

Podemos visualizar na tabela 1 as etapas da receita e despesa.

Tabela 1 — Fases da Receita e Despesa

Receita	Despesa
Previsão	Fixação
Lançamento	Empenho
Arrecadação	Liquidação
Recolhimento	Pagamento

Fonte: João Eudes Filho (2008).

Você deve estar se perguntando o que significa em termos contábeis essas fases que envolvem a receita e despesa. Vamos discriminá-las de acordo com Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (6 ed., p. 58 e 101) que define como:

Despesas

Fixação: insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis e observando as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo.

Empenho: o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição.

Liquidação: todos os atos de verificação e conferência, desde a entrega do material ou a prestação do serviço até o reconhecimento da despesa. Ao fazer a entrega do material ou a prestação do serviço, o credor deverá apresentar a nota fiscal, fatura ou conta correspondente, acompanhada da primeira via da nota de empenho, devendo o funcionário competente atestar o recebimento do material ou a prestação do serviço correspondente, no verso da nota fiscal, fatura ou conta.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Pagamento: consiste na entrega de numerário ao credor do Estado, extinguindo dessa forma o débito ou obrigação.

Receitas

Lançamento: ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Arrecadação: corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

Pagamento: transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

O acompanhamento da evolução do patrimônio é evidenciado através do orçamento público que descreve todos os recebimentos e gastos no ano.

Os recebimentos correspondem à receita orçamentária e os gastos como despesas orçamentárias são previstas e fixadas no orçamento público que constitui instrumento de planejamento.



Figura 6

Já no enfoque patrimonial a Contabilidade Pública adota regime de competência para reconhecimento da receita e despesa, assim obrigatoriamente vão ser registradas no momento dos seus fatos geradores independentemente do seu recebimento ou pagamento.

De acordo com a Resolução CFC 1.111/07,



Princípio da Competência é aquele que reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento ou recebimento, aplicando-se integralmente ao Setor Público. Os atos e fatos administrativos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados por competência, e os seus efeitos devem ser evidenciados nas Demonstrações Contábeis do exercício Financeiro com o qual se relacionam complementarmente ao registro orçamentário das receitas e das despesas públicas.

Campo de Aplicação

Os órgãos que utilizam a Contabilidade Aplicada ao Setor Público para os registros contabilização são pertencentes à administração direta e indireta.

Você pode estar se perguntando *quem pertence à administração direta e indireta?* Vamos explicar identificando os órgãos que compõem essas administrações.

A primeira descreve as entidades pertencentes aos poderes do executivo, legislativo e judiciário considerado o cenário nacional. Já segunda parte se refere às autarquias, fundações públicas e as empresas dependentes (que recebam despesas de custeio e investimentos específicos). Podemos visualizar melhor na tabela:

Tabela 2 – Campo de Aplicação da Contabilidade

Administração Direta	Administração Indireta
Poder Executivo	Autarquias
Poder Legislativo	Fundações Públicas
Poder Judiciário	Empresa Dependente - Empresa Pública

Fonte: João Eudes Filho (2008).

Continuando nesse contexto a Resolução do CFC nº 1.128/2008, conceitua as entidades que compõem o setor público:

Entidade do Setor Público: órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos, na execução de suas atividades. Equiparam-se para efeito contábil, as pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo, fiscal, ou creditício, de órgão público.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Com o propósito de se adequar as Normas Internacionais de Contabilidade, foram emitidas dez Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.1 a NBC T 16.10), que determina o seu campo de aplicação incluindo todas as entidades do setor público.

Segundo a NBC T 16.1, alínea a e b relatando o tipo de entidades governamentais:

a) Integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; e

b) Parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social. (BRASIL, 2008).

Princípios Orçamentários

São destinados a estabelecer regras para que possamos obter uma eficiência e transparência na elaboração, execução e controle do orçamento público de todas as entidades do setor Público. (Manual de Contabilidade Pública, p. 6).

A Lei 4.320/64, em seu art. 2ª, apresenta os fundamentos da transparência orçamentária: “A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anualidade”.

A referida lei contempla mais princípios orçamentários, destinados à execução da receita e despesa e alguns específicos de receita.



Figura 7

Vamos elencar esses princípios, conceituando conforme a lei.



- **Unidade:** Só pode existir um orçamento para cada ente federativo (Governo Federal, Estadual e Municipal);
- **Universalidade:** O orçamento deve agregar todas as receitas e despesas de toda a administração direta e indireta dos Poderes. A lei orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, ou seja, nenhuma instituição pública que receba recursos orçamentários ou gerencie recursos federais pode ficar de fora do orçamento;
- **Anualidade/Periodicidade:** O orçamento é realizado por um período limitado. O período estabelece um limite de tempo para as estimativas de receita e fixação das despesas, ou seja, o orçamento deve se realizar no exercício que corresponde ao próprio ano fiscal. Salientando que na Contabilidade Pública a execução de suas atividades coincidiria com ano civil, assim encerrará no dia 31 de dezembro (Art. 34 da lei 4.320/64);
- **Exclusividade:** só deve conter aspectos orçamentários, mas não se inclui nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e operação de crédito, ainda por antecipação de receita;
- **Especificação:** As despesas devem ser especificadas no orçamento, no mínimo por modalidade de aplicação, sendo vedadas autorizações globais no orçamento;
- **Publicidade:** os atos administrativos devem ser públicos, a sociedade tem acesso às informações sobre a execução dos gastos públicos, garantia de transparência na sua gestão (art. 37 da Constituição Federal);
- **Equilíbrio:** Estabelece que o total da despesa orçamentária não possa ultrapassar o da receita orçamentária prevista para cada exercício financeiro;
- **Orçamento Bruto:** Todas as receitas e despesas constarão na Lei Orçamentária Anual pelos seus Totais, vedadas quaisquer deduções;
- **Clareza:** O orçamento público deve ser claro e compreensível para qualquer cidadão;
- **Unidade de caixa:** O recolhimento de todas as receitas deve observar esse

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



princípio, sendo vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais. Isto significa que todo o valor arrecadado de receita deve ser recolhido a Conta Única do Tesouro, gerenciada pela Secretária do Tesouro Nacional (STN).



Vamos resumir?

Neste módulo, estudamos sobre conceito da contabilidade aplicada ao setor público que versa sobre o patrimônio das entidades pertencentes administração direta e indireta.

Vimos também seu campo de aplicação e os princípios orçamentários que norteiam a execução do orçamento público, identificando o que são despesas e receitas e seu regime contábil no enfoque patrimonial e orçamentário.

Os conhecimentos adquiridos neste módulo inicial sobre a legislação pertinente do setor público, destacando as Normas Brasileiras de Contabilidade e a Lei 4.320/64. Para obter quais os elementos que compõe seu patrimônio e suas particularidades em quanto ao seu registro contábil.



Apresentação

Olá cursista,

Seja bem-vindo ao segundo módulo do **Curso de Extensão de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**.

Dando continuidade aos nossos estudos, neste segundo módulo, vamos destacar a padronização do Plano de Contas da União e sua aplicabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira, no setor financeiro e contábil.

Pronto para continuar aprendendo? Vamos lá?
Bons estudos!

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



└┘

┘└

└┘

┘└

Módulo II

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Sistema Integrado da Administração Financeira



Vamos conversar um pouco?

Inicialmente vamos conceituar o Plano de Contas Aplicados ao Setor Público, o qual se refere a estruturar de forma padronizada a escrituração contábil, para fornecer informações com aspectos gerenciais e dos demonstrativos contábeis.



Figura 8

Segundo Bezerra (2014, p. 80),

O PCASP é um instrumento que vem contribuir com a modernização da contabilidade pública brasileira, possibilitando a aplicação dos princípios contábeis em sua plenitude, além de permitir o levantamento de informações para otimização da tomada de decisões por parte dos usuários, contribuindo também, sobremaneira, para a consolidação das contas públicas e os levantamentos das estatísticas fiscais do país e dos entes federativos.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



A criação desse plano de contas vem pela necessidade das convergências de organismos internacionais como da IFAC (*International Federation of Accountants*), que determina os padrões de internacionais de contabilidade aplicados ao setor público.



Você sabia?

Você sabia que a legislação pertinente ao PCASP está fundamentada na Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25.08.2008? Esta Portaria trata das “diretrizes a serem observadas no setor público pelos entes públicos quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”.

E você conhece o Decreto nº 6.976 de 07 de outubro de 2009? Não? Então, é hora de conhecer um pouco mais sobre esse assunto. O Decreto nº 6.976 “dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal”.



Figura 9

A elaboração do Plano de Contas ficou atribuída à Secretaria do Tesouro Nacional, o qual publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente na Parte IV.



Figura 10

O Plano de Contas foi desenvolvido pelo Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON) que priorizou a elaboração do documento padronizado para todo o setor público, em conformidade com a lei 4.320/1964,



que permita a consolidação das contas públicas conforme o art. 50 inciso 2º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP. Pag.5, Parte VIII).

O MCASP (Parte IV, 2012, p. 11) determina como diretrizes do PCASP:

- Padronização dos registros contábeis das entidades do setor público de todas as esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes de todas as esferas de governo;
- Harmonização dos procedimentos contábeis com os princípios e normas de contabilidade, sempre observando a legislação vigente;
- Adoção de estrutura codificada e hierarquizada em classes de contas, contemplando as contas patrimoniais, de atos potenciais, de resultado e de planejamento e execução orçamentária além daquelas com funções precípuas de controle;
- Flexibilidade para que os entes detalhem, conforme suas necessidades, os níveis inferiores das contas a partir do nível seguinte ao padronizado;
- Controle do patrimônio e dos atos de gestão que possam afetá-lo, assim como do orçamento público, demonstrando a situação econômico-financeira da entidade;
- Distinção de institutos com conceitos e regimes próprios em classes ou grupos, como no caso do patrimônio e orçamento, mantendo-se seus relacionamentos dentro de agrupamentos de mesma natureza da informação;
- Preservação dos aspectos orçamentários em seus conceitos, regime de escrituração e demonstrativos, com destaque em classes ou grupos de modo a possibilitar visões sob os enfoques patrimonial, orçamentário ou fiscal;
- Inexistência de necessária vinculação entre as classificações orçamentária e patrimonial;
- Possibilidade de extração de informações de modo a atender seus usuários.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Assim, esses itens sintetizam sobre o funcionamento do PCASP no cenário brasileiro, seu campo de aplicação, o registro contábil deve ser realizado no mesmo tipo de natureza (orçamentária, patrimonial e de controle) e fornecer informações aos usuários.

A forma padronizada na qual se estabelece o PCASP vem da relação com a conta contábil. Mas você deve estar se perguntando: o que significa esta terminologia? Vai identificar através da sua composição se refere aos bens, direitos e obrigações e situações que possam afetar o patrimônio de uma entidade.

Segundo MCASP (2012, Parte IV, p.7), as funções das contas contábeis são:

- Identificar, classificar, e efetuar a escrituração contábil, pelo método das partidas dobradas, dos atos e fatos de gestão, de maneira uniforme e sistematizada;
- Determinar os custos das operações do governo;
- Acompanhar e controlar a aprovação e a execução do planejamento e do orçamento, evidenciando a receita prevista, lançada, realizada e a realizar, bem como a despesa autorizada, empenhada, realizada, liquidada, paga e as dotações disponíveis;
- Elaborar os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, de Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Resultado Econômico;
- Conhecer a composição e situação do patrimônio analisado, por meio da evidência de todos os ativos e passivos;
- Analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros;
- Individualizar os devedores e credores, com a especificação necessária ao controle contábil do direito ou obrigação; e
- Controlar contabilmente os atos potenciais oriundos de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Vamos conhecer!

Acesse o site da Secretaria do Tesouro Nacional, com o link: http://www3.tesouro.gov.br/contabilidade_governamental/download/Pcontas.pdf, relaciona todas as contas contábeis do PCASP.



Puxa, já vimos muitas informações sobre Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, não é verdade?

Agora, vamos continuar estudando sobre Plano de contas? Você irá conhecer um pouco mais sobre esse assunto na próxima seção. Pronto (a) para continuar estudando?



O plano de contas se estrutura na teoria patrimonialista que se baseia no estudo da contabilidade do patrimônio, podendo apresentar uma situação estática e dinâmica e pela sua representação qualitativa e quantitativa, desdobrando as contas em patrimoniais se refere aos bens, direitos e obrigações e patrimônio líquido e das de resultado são as contas que alteram o patrimônio líquido e demonstram o resultado do exercício (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte IV, 2012, p. 8).

Com essa nova estrutura no registro contábil as contas podem ser divididas em três tipos natureza:

- **Natureza Patrimonial:** identificamos os bens, direitos obrigações de curto e longo prazo e patrimônio líquido da instituição com variações qualitativa e quantitativa. Assim relacionado às classes 1, 2, 3,4 - do Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e Variações Patrimoniais Diminutivas e Aumentativas respectivamente;
- **Natureza Orçamentária:** os registros dos atos e fatos do planejamento e execução orçamentária. Correspondem as classes 5 e 6 – Controles da Aprovação, execução do Planejamento e Orçamento;
- **Natureza Típica de Controle:** representa o registro de contas que possam afetar o patrimônio como a execução da dívida ativa. Relaciona as classes 7 e 8 – Controles devedores e credores.

Podemos visualizar melhor através do quadro a seguir:



Quadro 1 – Natureza da Informação das Contas do PCASP

Informações de Natureza Patrimonial	
1 – Ativo 1.1 – Ativo Circulante 1.2 – Ativo Não Circulante	2 – Passivo 2.1 – Passivo Circulante 2.2 – Passivo Não Circulante 2.3 – Patrimônio Líquido
3 – Variação Patrimonial Diminutiva 3.1 – Pessoal e Encargos 3.2 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais ...	4 – Variação Patrimonial Aumentativa 4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.2 – Contribuições ...
3.9 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.9 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
Informações de Natureza Orçamentária	
5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento 5.1 – Planejamento Aprovado 5.2 – Orçamento Aprovado 5.3 – Inscrição de Restos a Pagar	6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento 6.1 – Execução do Planejamento 6.2 – Execução do Orçamento 6.3 – Execução de Restos a Pagar
Informações de Natureza Típica de Controle	
7 – Controles Devedores 7.1 – Atos Potenciais 7.2 – Administração Financeira 7.3 – Dívida Ativa 7.4 – Riscos Fiscais ...	8 – Controles Credores 8.1 – Execução dos Atos Potenciais 8.2 – Execução da Administração Financeira 8.3 – Execução da Dívida Ativa 8.4 – Execução dos Riscos Fiscais ...
7.8 – Custos 7.9 – Outros controles	8.8 – Apuração dos Custos 8.9 – Outros controles

Fonte: MCASP, Parte IV, p. 16 (2012).

Os lançamentos contábeis devem ser realizados de acordo com método das partidas dobradas. No seu registro, devem ser envolver contas da mesma natureza, como mencionadas do quadro acima.





Sistema Integrado Administração Financeira - SIAFI

A aplicação de o novo PCASP está fundamentada no SIAFI e se estrutura em várias classes contábeis para fornecer informações por tipo de natureza: patrimonial, orçamentária e controle.

Toda execução contábil e financeira é realizada através do Sistema Integrado da Administração Financeira (SIAFI, Novo SIAFI) e para informações gerenciais da instituição temos SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial, os quais serão apresentados em forma de planilha, auxiliando relatórios gerenciais.

A Secretária do Tesouro Nacional desenvolveu com Serviço Federal de Processamento de Dados (SEPRO) – o SIAFI para poder informatizar os registros da execução orçamentária, da programação financeira e no aspecto de controle, inicialmente utilizado pelo Poder Executivo a partir de 1987.

Através dele podem ser feitos procedimentos contábeis relacionados à aquisição de bens, baixa de ativo imobilizado, despesas com materiais de consumo, bolsas de estudos, permanente, diárias, pessoal, obrigações.



Figura 11

E também valores empenhados por modalidade de licitação, liquidados e pagos no exercício corrente e relação de restos a pagar de exercícios anteriores, despesas de exercícios anteriores, alteração de natureza despesa, créditos concedidos para outros órgãos e as demonstrações contábeis (orçamentária, financeira, patrimonial, demonstração de variações patrimoniais).

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Alguns documentos são restritos a esta versão, como a regularização e consulta dos registros contábeis, concessão e devolução de créditos, alteração de natureza de despesa, nota de empenho, lista de credores, esta utilizada para pagamento de bolsas de estudo e folha de pagamento e relacionada à parte de consignações.

A partir de 2012, foi introduzido SIAFI versão *web*, nesse sistema encontraremos os módulos de contabilização, contas a pagar e a receber, envio de mensagem, programação financeira se é solicitação, remanejamento, transferência de recursos financeiros.



Figura 12

O registro contábil depende de situações que devem conter correlação direta com tipo de conta contábil, por isso o importante conhecimento técnico nessa área.

Em 2015, as demonstrações contábeis estão disponibilizadas na nova versão do SIAFI web podem ser visualizadas por tipo de demonstrativo e restrições de balanço pelo mês.



Figura 13

O site da Secretaria do Tesouro Nacional disponibiliza através do macrofunções do SIAFI os procedimentos a serem adotados nas mais diversas situações de registros contábeis e regularizações.

Vamos destacar como principais macrofunções, de acordo com a figura a seguir:





Figura 14

O setor financeiro é responsável pela execução orçamentária e financeira da entidade, nas quais utilizam essencialmente nas suas atividades as de emitir empenho, utilizar o CPR para liquidar e pagar - material de consumo, permanente, serviços, obras, diárias, ajuda de custo e a movimentação financeira da instituição.

Na área contábil é realizada a conformidade contábil, depreciação, análise das contas contábeis e sua regularização e acompanhamento dos restos a pagar.



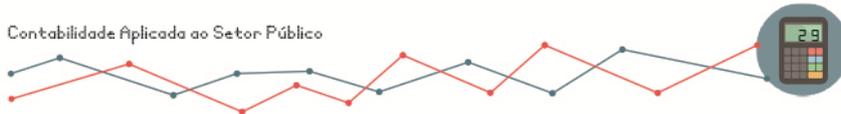
Salva mais...

Que tal pesquisar um pouco mais? Veja as dicas a seguir e sucesso nas pesquisas?

Decreto nº 347, de 21 de novembro de 1991. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/siafi/decreto347_91.pdf>.

Norma de execução nº 01 de 08 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/392868/norma_execucao_01_08jan2015.pdf>.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público





Vamos resumir?

Neste módulo, estudamos como foi implantado o Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público atendendo as exigências dos organismos internacionais como IFAC e ficou atribuído a Secretária do Tesouro Nacional a elaboração do PCASP.

No segundo momento, destacamos o Sistema Integrado da Administração Financeira – o SIAFI, no qual realizamos o registro contábil de cada entidade público utilizado a codificação do PCASP e ressaltamos a importância do macro funções nas atividades do setor financeiro e contábil.



Referências

APARICI, Roberto; Acedo, Sara Osuna. **Aprendizagem colaborativa e ensino virtual: uma experiência no dia-a-dia de universidade a distância.** Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED, Espanha), 2010. Educação a Educação Online: cenário, formação e questões didático-metodológicos / Marco Silva, Lucila Pesce e Antônio Zuin (orgs) – Rio de Janeiro: Wak Ed., p. 137-146.

BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, STN/SOF 5ª edição. Brasília, DF.

_____. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, STN/SOF 6ª edição. Brasília, DF.

BEZERRA Filho, João Eudes. **Contabilidade Pública: Teoria, Técnica de elaboração de balanços e questões.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Abordagem simples e objetiva.** São Paulo. Atlas, 2014.

HADDAD, Rosaura Conceição; Mota, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública.** Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 1ª edição – Brasília. 2009.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistema de aprendizagem on-line.** 3ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PRETI, Oreste. **Educação à distância: fundamentos e políticas.** Cuiabá: EdUFMT, 2009.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Complementares

BRASIL. Lei nº 4.320/64 – Estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, 1988.



Conhecendo a Autora



Jussara Araújo Idelão

Mestranda em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, Pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2012), Contadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco desde 2010, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2008).